



**COORDENAÇÃO DE GESTÃO E NEGÓCIOS CURSO SUPERIOR DE
TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA**

EDUARDA CARDOSO DO NASCIMENTO

**A IMPORTÂNCIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE CAPACITAÇÃO
PROFISSIONAL: o empoderamento feminino por meio do acesso ao
trabalho e à renda**

**PALMAS
2019**

EDUARDA CARDOSO DO NASCIMENTO

**A IMPORTÂNCIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE CAPACITAÇÃO
PROFISSIONAL: O empoderamento feminino por meio do acesso ao
trabalho e à renda**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Tocantins – *Campus* Palmas, como exigência à obtenção do grau de Tecnólogo em Gestão Pública.

Orientadora: Profa. Dra. Leila Dias Pereira do Amaral

PALMAS

2019

Nascimento, Eduarda Cardoso do

A IMPORTÂNCIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE CAPACITAÇÃO
PROFISSIONAL: o empoderamento feminino por meio do acesso a trabalho
e renda.

Palmas - TO / Eduarda Cardoso do Nascimento. – Palmas, 2019. 76 fls.

Trabalho de Conclusão de Curso (Tecnólogo em Gestão Pública) – Instituto
Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, Campus Palmas,
2019.

Orientadora: Prof.^a. Dra. Leila Dias Pereira do Amaral.

1. Políticas Públicas. 2. Empoderamento feminino. 3. Acesso à Renda. 4.
Mercado de Trabalho.

EDUARDA CARDOSO DO NASCIMENTO

**A IMPORTÂNCIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE CAPACITAÇÃO
PROFISSIONAL: O empoderamento feminino por meio do acesso ao
trabalho e à renda**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
à Coordenação do Curso Superior de
Tecnologia em Gestão Pública do Instituto
Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
do Tocantins, Campus Palmas, como
exigência à obtenção do grau de Tecnólogo
em Gestão Pública.

Aprovado em: ____/____/____

Banca Avaliadora

Prof.^a. Dra. Leila Dias Pereira do Amaral
Orientadora
ITOP

Prof.^a Ma. Ana Carolina Nogueira Falcão IFTO-*Campus*
Palmas

Prof.^a. Ma. Gislene Magali da Silva
IFTO – *Campus* Palmas

AGRADECIMENTOS

À minha família, que me apoiou durante todo o curso, e não me deixou desistir. Em especial aos meus pais, Edileuza Cardoso do Nascimento e Antônio Conceição do Nascimento Filho, que sempre fizeram tudo o que era possível por mim, e que nunca deixaram de me apoiar. Obrigada pai, obrigada mãe. Amo vocês.

Dedico esse trabalho ao Willyans, que sempre me deu apoio e nunca me deixou desacreditar. Obrigada por cada palavra de força, por ter me amparado em cada uma das vezes que eu entrei em desespero por ter tido medo de não conseguir chegar até aqui. Você tinha razão, eu fui capaz de chegar. Obrigada, querido!

Dedico também aos melhores amigos que a vida poderia me dar: Clara Canguçu, Ligiane Nunes, Juliana Ferreira, Pedro Henrique Dias e Victor Wendler Couto. Vocês tornaram esses anos de faculdade muito mais fáceis, e fizeram cada noite valer a pena. Vocês são TOPS demais, saibam disso.

À minha orientadora, Leila Dias Pereira do Amaral, que não deixou a peteca cair quando a coisa ficou feia e que sempre disse “vai dar certo”. Deu certo, Leila! Você tinha razão. Obrigada, de coração!

Aos demais professores do curso de Gestão Pública do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – Campus Palmas. Professores com os quais aprendi muito e dos quais só levo coisas boas. Em especial as professoras, maravilhosas, que compuseram minha banca, Msc. Gislene Magali da Silva e Msc. Ana Carolina Nogueira Falcão. Sou muito grata a vocês.

"O feminismo já lutou em várias guerras, e matou oponente nenhum. Suas batalhas têm sido pela educação, por melhores condições de trabalho, por mais segurança nas ruas, para cuidar das crianças, para o bem-estar social, para ajudar vítimas de estupro, refugiar mulheres e para reformar a lei. Se alguém me diz: 'Oh, eu não sou uma feminista', então eu pergunto: 'Qual o seu problema?!'"

- Dale Spencer -

RESUMO

Este estudo teve por objetivo tratar da importância das políticas públicas de capacitação profissional e acesso à renda e ao trabalho para o empoderamento das mulheres, levando em consideração dados da força de trabalho feminino no mundo, no Brasil e no estado do Tocantins, oferecendo uma visão dos números gerados por algumas das políticas e programas sociais nacionais, aplicados, principalmente, no estado do Tocantins. Com o objetivo de ressaltar a relevância do trabalho feminino para a própria mulher - como fator de independência e empoderamento – bem como para a sociedade, que tende apenas a ganhar com a melhor inserção das mulheres no mercado de trabalho, este trabalho aborda ainda os aspectos particulares relativos a mão de obra feminina, tanto os aspectos positivos, como o fato de as mulheres buscarem mais por capacitação profissional e formação acadêmica, quanto aspectos negativos, como um mercado de trabalho masculino, machista e muitas vezes hostil para as mulheres. Para o desenvolvimento do trabalho realizou-se o levantamento dos dados locais e nacionais de algumas políticas de capacitação profissional e de acesso a renda: Acesso ao Trabalho; Pronatec; Sine, dados esses obtidos através da disponibilização de dados abertos e da solicitação de informações através da Lei de Acesso à Informação. A metodologia empregada constitui-se de pesquisa bibliográfica/documental. O método escolhido para coleta de dados é qualitativo. A pesquisa utilizou uma abordagem exploratória e descritiva.

Palavras-chave: 1. Políticas Públicas. 2. Empoderamento Feminino. 3. Acesso à Renda. 4. Mercado de Trabalho

SUMMARY

Job opportunities and the capacity to carry out a campaign of professional training and access for the exercise of women, taking into account the data of the female workforce in the world, in Brazil and in the state of Tocantins. Offering a view of the numbers generated by some of the national social guidelines and programs, it applies to the state of Tocantins. With the aim of highlighting a relation of women's work to women as a factor of independence and empowerment, the concept of society for women is only a gain with the better insertion of women in the labor market. The work addresses still the particular effects to hand held the handicap for women, both as positives positive, like the reality for women meae a facturing more casual and machucation potentials, social market, and the casual potentials for women. The development of the work carried out and the survey of local and national data of some policies of professional qualification and of access to income: Attendees; Pronatec; Sine. Data obtained through the provision of open data and the request for information through the law on access to information. The methodology used is bibliographic / documentary research. The method chosen for data collection is qualitative. The research used an exploratory and descriptive approach.

Keywords: 1. Public Policies. 2. Female Empowerment. 3. Access to Income. 4. Labor Market

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Tempo despendido no trabalho remunerado e no trabalho não remunerado, em 23 países de economias em desenvolvimento e em 23 países de economias desenvolvidas, pelas pessoas empregadas, por sexo (último ano disponível).....	27
Gráfico 2 – Desigualdade de salários.....	28
Gráfico 3 – Diferença por área de atuação em R\$.....	29
Gráfico 4 – Distribuição da população com 10 anos ou mais de idade, por condição de atividade, segundo o sexo – 2009*.....	30
Gráfico 5 – Distribuição da população com 10 anos ou mais de idade, por condição de atividade, segundo o sexo – 2009.....	30
Gráfico 6 – Distribuição da população ocupada, por grupamentos de atividade, segundo o sexo 2009.....	31
Gráfico 7 – Participação da população ocupada masculina, por escolaridade, segundo as formas de ocupação – 2009.....	32
Gráfico 8 – Participação da população ocupada feminina, por escolaridade, segundo as formas de ocupação – 2009.....	33
Gráfico 9 – Proporção de pessoas ocupadas com carteira de trabalho assinada por sexo, segundo os grupamentos de atividade – 2009.....	34
Gráfico 10 – Número médio de horas semanais trabalhadas, por grupos de anos de estudo, segundo o sexo e diferença da quantidade de horas trabalhadas entre os sexos – 2003/2009.....	35
Gráfico 11 – Proporção de pessoas que frequentaram ou concluíram curso de qualificação profissional, por sexo, segundo a condição na ocupação – 2009.....	36
Gráfico 12 – Trabalhadores inserido no mercado de trabalho tocaninense através do Sine.....	57
Gráfico 13 – Trabalhadores recolocados no mercado de trabalho tocaninense através do Sine.....	58
Gráfico 14 – Trabalhadores recolocados no mercado de trabalho tocaninense através do Sine.....	59

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Número de empregos formais por sexo e escolaridade.....	51
Tabela 2 – Remuneração média de dezembro.....	53
Tabela 3 – Quantitativo de atendimento entre os anos de 2013 a 2017.....	55

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACESSUAS TRABALHO – Programa de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho

CadÚnico – Cadastro Único

CNAS – Conselho Nacional Assistência Social

CPSINE – Convênios Plurianuais do Sistema Nacional de Emprego CRAS

– Centro de Referência de Assistência Social

DF – Distrito Federal

EJA – Educação de Jovens e Adultos

EPCT – Educação Profissional e Tecnológica

EPT – Educação Profissional e Tecnológica

FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MEC – Ministério da Educação

OIT – Organização Internacional do Trabalho

PAIF – Proteção e Atendimento Integral a Família

PD – População Desocupada

PDET – Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho

PME – Pesquisa Mensal de Emprego

PO – População Ocupada

Pronatec – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego RAIS

– Relação Anual de Informação Social

SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo

SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SENAT – Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte

SINE – Sistema Nacional de Emprego

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	18
2.1 Conceito de Trabalho.....	18
2.2 História do mercado de trabalho	19
2.2.1 Força de trabalho feminino	20
2.2.2 Como se estruturou o mercado de trabalho feminino no Brasil	23
2.2.3 Dados da força de trabalho feminina	25
2.2.5 O Valor do Trabalho da Mulher	35
2.3 Programa Acessuas Trabalho.....	36
2.3.1 Público do Acessuas Trabalho.....	37
2.3.2 O Referenciamento ao Centro de Referência de Assistência Social CRAS	38
2.4 Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC)....	39
2.4.1 Público do PRONATEC	40
2.4.2 Parceiros do PRONATEC	41
2.4.3 Como o Pronatec Funciona	41
2.5 Intermediações de mão-de-obra através do sistema nacional de emprego.....	42
2.5.1 Intermediação de mão-de-obra.....	42
2.5.2 Cursos de capacitação profissional.....	44
2.6 Empoderamento feminino	45
2.6.1 Aspectos do empoderamento financeiro feminino	46
3 METODOLOGIA	48
3.1 Classificação da pesquisa.....	48
3.2 Coleta de dados.....	49
3.2.3 Análise dos Resultados.....	49
4 RESULTADOS.....	50
4.1 Dados do Trabalho Feminino no Tocantins	50
4.2. Dados do Acessuas no Tocantins.....	52
4.3 Dados do Pronatec no Tocantins.....	54
4.4 Dados do Sine no Tocantins	56
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	59
BIBLIOGRAFIA	61

ANEXO A – OUVIDORIA – CADASTRO MANIFESTAÇÃO	68
ANEXO B – RESPOSTA À OCORRÊNCIA Nº 201901081 OUV	69
ANEXO C – RESPOSTA SIC 2019001602.....	70
ANEXO D – PEDIDO RESPONDIDO À OCORRENCIA 23480.000277/2019-09.....	75

1 INTRODUÇÃO

O mercado de trabalho, ano após ano, vem tornando-se cada vez mais competitivo e exigente, criando assim a necessidade de constante capacitação. Todos os dias surgem cursos para tornar as pessoas aptas em oferecer o que o mercado de trabalho precisa. Porém, nem todos possuem as mesmas oportunidades de se tornarem igualmente competitivos.

Em uma sociedade com extrema desigualdade social, como é o caso do Brasil – dentre tantas outras nações – fica evidente que as chances de capacitação se tornam cada vez mais escassas, quanto mais desfavorecida financeiramente é a classe social. Apesar de muito se falar que as oportunidades são iguais para todos, e que, para alcançar o sucesso, basta que seja feito o esforço necessário, sabe-se que no momento de ingressar no mercado de trabalho, a meritocracia¹ se torna um abismo entre as classes sociais mais pobres e as mais abastadas.

Essa desigualdade no mercado de trabalho se torna ainda mais evidente quando nos voltamos para grupos específicos, principalmente entre as pessoas que se encontram às margens da sociedade. Fica claro que cada grupo social recebe um tratamento diferente, conforme suas características. Parafraseando George Orwell, em *A Revolução dos Bichos*, de 1945, todas as classes sociais são iguais, mas umas são mais iguais e merecedoras de atenção que outras.

Percebe-se então que todos os grupos sociais, em teoria, devem ter acesso ao mercado de trabalho, mas o que se vê, na verdade, é que diferentes grupos possuem diferentes oportunidades de acesso ao mercado de trabalho, definidas conforme o valor social de cada um. Essa limitação no acesso às oportunidades de ingresso ao mercado de trabalho às vezes faz com que o poder público intervenha, gerando ferramentas que atuam como facilitadoras deste acesso às parcelas da sociedade que necessitam desse apoio público.

Nesse sentido, considerando o poder público como agente facilitador de acesso ao mercado de trabalho - esse estudo aborda aspectos da força de trabalho feminina no Brasil, em especial no estado do Tocantins, bem como o papel do trabalho como

¹ Segundo o dicionário digital da Porto Editora, Dicionário da Língua Portuguesa, Meritocracia é:
1. Forma de liderança que se baseia no mérito o pessoal. Em vez de se basear e riqueza ou estatuto social. 2.sistema social que se baseia nessa forma de liderança.

fator de empoderamento² feminino por meio do acesso à renda³. Além destes aspectos, este trabalho aborda a importância da existência de políticas públicas de capacitação profissional.

O objetivo geral deste trabalho é evidenciar a importância do trabalho feminino para o empoderamento das mulheres buscando compreender o papel das políticas públicas de capacitação profissional para o acesso ao mercado de trabalho e à renda.

Especificamente pretende-se evidenciar a relevância do trabalho feminino na contemporaneidade, destacando a importância desse trabalho para a comunidade Tocantinense, observando como as políticas públicas de capacitação profissional podem contribuir para o empoderamento das mulheres.

O interesse por esse estudo deu-se pela importância de destacar as características que perpassam o empoderamento feminino, por meio do acesso a trabalho e renda, tanto em aspectos econômicos quanto em aspectos sociais e culturais.

O olhar sobre o valor do trabalho feminino, mostrando seu potencial financeiro bem como seu potencial de garantir às mulheres a independência financeira emancipatória e empoderadora, torna-se necessário, pois a cada dia a presença feminina no mercado de trabalho torna-se mais forte e expressiva, de modo a impactar esse mercado, como veremos nesse estudo.

Dotado de características particulares de uma minoria, o trabalho feminino observado hoje é símbolo de luta e independência há muito tempo. O que o diferencia da maneira como já foi visto, no passado é o que as feministas da atualidade chamam de empoderamento.

² Segundo o dicionário digital da Porto Editora, Dicionário da Língua Portuguesa, empoderamento é: 1. Obtenção, aumento ou fortalecimento de poder. 2. Reforço de poder ou elevação do estatuto de um grupo social minoritário ou marginalizado. 3. Processo de reforço da autoestima e da autoconfiança, de que resultam maior controle da própria vida e uma maior realização pessoal. 4. Alargamento das competências atribuídas a um trabalhador, a um departamento, etc.

³ Segundo o dicionário digital da Porto Editora, Dicionário da Língua Portuguesa, o termo renda: 1. Prestação periódica que o locatário está obrigado a pagar ao locador a título de remuneração do da coisa alugada. 2. Quantia recebida periodicamente pelo aluguer de bens, pela aplicação de capital, etc. 3. Quantia recebida como benefício; pensão. 4. rendimentos; receita; produto. 5. Tributo.

A opção por especificar o público surgiu devido ao fato de que, ainda hoje, o mercado de trabalho é majoritariamente masculino, o que deixa clara a importância de observar quais fatores influenciam nessa predominância masculina.

Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), em 2015 a taxa mundial de mulheres empregadas era de 49,6%, enquanto que a taxa de homens empregados era de 76,1%. Além disso, esse mesmo estudo, evidenciou diversas diferenças entre os gêneros⁴, que serão mencionadas na sessão 4.2.1 deste trabalho.

Apesar de o número de homens no mercado de trabalho ser superior ao de mulheres, o número de mulheres trabalhando está crescendo, e é importante conhecer as facetas que caracterizam essa parte do mundo do trabalho, que lida com uma série de fatores muito específicos de sua característica de gênero, tais como: diferenças salariais, desvalorização da mão-de-obra, assédio sexual e moral no ambiente de trabalho, jornadas de trabalho que se mesclam com os afazeres domésticos – afazeres domésticos que ainda são muito caracterizados como sendo responsabilidade feminina.

Além disso é importante entender como as políticas públicas de incentivo à formação profissional são importantes para a capacitação e inclusão de mulheres no mercado de trabalho.

No que se trata da divisão das sessões deste trabalho, as mesmas se dão da seguinte forma: Na primeira sessão deste trabalho foram abordados os objetivos gerais e específicos, objetivos esses que serão demonstrados e explanados nos resultados obtidos através da pesquisa.

Na segunda sessão do trabalho é abordado o referencial teórico, que evidencia todos os conceitos, pesquisas, artigos, estudos, entre outros, que embasam este estudo, dando respaldo aos resultados e conclusões.

A terceira sessão trata da metodologia utilizada para a coleta, análise, qualificação dos dados que levam a obtenção do resultado final da pesquisa, além de abordar aspectos importantes das ferramentas utilizadas para a coleta de dados.

⁴ "categoria que indica, por meio de desinências, uma divisão dos nomes baseada em critérios tais como sexo e associações psicológicas" (FERREIRA, 1986, p.844)

A quarta sessão trata dos resultados alcançados a partir da observação dos dados obtidos com os diversos órgãos públicos que atuam como ponte para a capacitação e acesso ao mercado de trabalho.

Por fim, a quinta sessão traz as considerações finais, obtidas através da análise dos resultados do estudo.

Todas as sessões, encontra-se divididas em subseções que favorecem a explanação de diferentes pontos relativos ao trabalho, sua origem, e seus dados atuais.

Esse estudo não tem a pretensão de esgotar o conhecimento acerca do empoderamento feminino, mas sim abrir possibilidades para novas discussões que levem em conta outros aspectos desse empoderamento.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Conceito de Trabalho

Antes de discorrer sobre a importância do trabalho da mulher para a sua independência financeira, para o seu empoderamento social e para a melhoria da qualidade de vida de sua família, é importante, primeiramente, entender o que é trabalho.

O conceito de trabalho, etimologicamente, se associa à punição, ao castigo, pois o trabalho foi sempre tido como algo custoso e cansativo. Originária do latim, a palavra trabalho deriva do termo “tripalium”, que originalmente se trata de uma ferramenta utilizada na lavoura, e que no século V d.C. também passou a ser o nome de um instrumento romano, em forma de tripé, utilizado para a tortura.

Antes mesmo de ter sua associação à ferramenta de tortura medieval, o ato de trabalhar era sinônimo de prisão, uma vez que o trabalho só era atribuído aos escravos. O trabalho também já foi tido, historicamente, como símbolo de vergonha, uma vez que prestar serviço em troca de pagamento demonstrava fragilidade e inferioridade, pois isso significava que a pessoa não tinha a capacidade de se manter sem vender sua força de trabalho.

“Na Antiguidade, distinguia-se trabalho de labor. Essas palavras têm etimologia diferente para designar o que hoje se considera a mesma atividade. Ambas conservam seu sentido, a despeito de serem repetidamente usadas como sinônimos.” (WOLECK, 2002, p. 3). “O labor é a atividade que corresponde ao processo biológico do corpo humano. O trabalho é a atividade correspondente ao artificialismo da existência humana. A ação corresponde à condição humana” (ALBORNOZ: 1988, p.23). Deste modo o labor é ciclo natural que consiste na satisfação das necessidades biológicas do ser humano, enquanto que o trabalho consiste no esforço obrigatoriamente exercido, transformando a natureza, em busca da satisfação dos desejos do ser humano.

O trabalho teve seu conceito alterado inúmeras vezes, de acordo com cada contexto histórico, apesar disso nenhum dos autores da antiguidade clássica percebia

o trabalho como fonte de riqueza ou acúmulo de propriedades. (VÁZQUEZ: 1977, p.31)

2.2 História do mercado de trabalho

O mercado de trabalho, desde o início é, em sua maior parte, formado por homens, mas com o passar do tempo as mulheres têm ganhado espaço, e vêm se tornando cada vez mais presentes na cadeia produtiva/financeira, não só em profissões que, desde o início, são consideradas femininas, mas também em postos de trabalho que sempre foram vistos como masculinos.

A Primeira Guerra Mundial é um marco histórico que, a grosso modo, possibilitou um vislumbre do acesso ao mercado de trabalho, tal como conhecemos hoje, para as mulheres. Isso devido ao fato de muitos dos homens, que eram a força de trabalho na época, terem sido enviados à guerra, o que fez com que muitos morressem ou voltassem mutilados, tornando-se incapazes de trabalhar. Esse acontecimento fez com que muitas mulheres fossem em busca de emprego para que a suas famílias tivessem algum sustento.

Essa abertura não foi, nem de longe, justa, pois essas mulheres se viam obrigadas a aguentar diversas formas de exploração, desde salários muito inferiores aos dos homens, até abusos sexuais. Outras mulheres se viram obrigadas a trabalhar em serviços que eram malvistas – como a prostituição - e estavam à margem da sociedade. Todos esses problemas, particulares do trabalho feminino, ainda são uma realidade na sociedade contemporânea.

Com o advento da primeira onda feminista, iniciando-se no final do século XIX e prosseguindo durante o século XX, principalmente no Reino Unido e Estados Unidos, grandes conquistas se efetivaram em relação a direitos mais iguais para homens e mulheres. Com a consolidação do movimento feminista, as mulheres passaram a criticar a elaboração dos contratos de trabalho, os baixos salários e as longas jornadas de trabalho e, principalmente, passaram a lutar pelos seus direitos, lutas essas que hoje são o motivo das melhorias nas condições de trabalho para as mulheres.

2.2.1 Força de trabalho feminino

O trabalho feminino representa uma força de trabalho, por si só, com características particulares e próprias. Conhecer a história desta força de trabalho é importante para entender sua evolução histórica, suas características e as necessidades que estão ligadas ao trabalho feminino.

Em seu livro, “A Mulher na Sociedade de Classes: mito e realidade”, Saffioti (1976) traz uma importante visão sobre o trabalho da mulher na sociedade. Ela aponta que a mulher nunca foi alheia ao trabalho e sempre foi importante na obtenção da renda familiar. É necessário ressaltar que cada período histórico traz limitações ao trabalho e a obtenção de renda por parte das mulheres, dentro das características do contexto de cada sociedade. Assim:

A mulher das camadas sociais diretamente ocupadas na produção de bens e serviços nunca foi alheia ao trabalho. Em todas as épocas e lugares tem ela contribuído para a subsistência de sua família e para criar a riqueza social. Nas economias pré-capitalistas, especificamente no estágio imediatamente anterior à revolução agrícola e industrial, a mulher das camadas trabalhadoras era ativa: trabalhava nos campos e nas manufaturas, nas minas e nas lojas, nos mercados e nas oficinas, tecia e fiava, fermentava a cerveja e realizava outras tarefas domésticas. Enquanto a família existiu como uma unidade de produção, as mulheres e as crianças desempenharam um papel econômico fundamental. (SAFFIOTI, 1976, P. 17)

Saffioti (1976) dá uma visão clara de que antes da revolução agrícola, nas classes mais pobres, não havia uma caracterização do papel da mulher apenas como dona de casa, ou seja, a mulher era tão dotada da capacidade de trabalho quanto um homem, inclusive as crianças eram vistas como dotadas da capacidade de trabalho, e eram fundamentais como provedoras da fonte de renda necessária para a sobrevivência de suas famílias.

Saffioti (1976) afirma ainda que na Inglaterra medieval uma mulher podia participar ativamente da vida econômica e engajar-se no comércio independente de seu marido. E em caso de casar-se com um membro de uma guilda mercantil, a ela eram conferidos direitos e privilégios, a partir de seu marido, de participar da vida social e religiosa da guilda, sendo também considerada uma pessoa jurídica

responsável por seus atos, e uma vez viúva a mesma poderia decidir, sem receio, os rumos que os negócios do falecido esposo deveriam tomar. Porém, uma mulher solteira tinha pouca abertura econômica, o que demonstrava a importância, forçada, do homem, na figura de marido, para a abertura econômica feminina, tornando assim impossível uma abertura econômica para mulheres solteiras.

Na Inglaterra do século XVII, havia mulheres casadas entre os agiotas, proprietários de papelarias e navios, vendedores de livros, donos de lojas e fornecedores de roupas para o exército e a marinha. Além de participarem do comércio varejista e atacadista, as mulheres chegaram a deter um monopólio na fiação têxtil inglesa. Também na França, durante todo o antigo regime, a mulher gozou de todas as capacidades necessárias ao exercício das atividades comerciais. Em qualquer dos dois países, contudo, as liberdades femininas se circunscreviam às atividades da mulher negociante. Em todas as outras esferas, quer de trabalho, quer de vida ociosa, a mulher sempre foi considerada menor e incapaz, necessitando da tutela de um homem, marido ou não. (Saffioti. 1976, p. 17 e 18)

Na citação acima, Saffioti (1976) destaca que o mundo financeiro para mulheres casadas, no século XVII, era amplamente aberto, possibilitando a elas a oportunidade de atuar em diversas áreas, inclusive áreas de características muito brutas como portos de navios e agiotagem. Destaca-se então que neste período em questão o único aspecto negativo era a obrigatoriedade de um marido para que o acesso ao mercado de trabalho e independência econômica pudessem ser acessíveis as mulheres.

A importância do casamento para a determinação da vida econômica de uma mulher é destacada por Saffioti no seguinte trecho:

A felicidade pessoal da mulher, tal como era então entendida, incluía necessariamente o casamento. Através dele é que se consolidava sua posição social e se garantia sua estabilidade ou prosperidade econômica (SAFFIOTI, 1976, P. 18).

Saffioti (1976, p. 20) aponta que com o advento de um novo modo de produção e de um novo sistema econômico, a luz é lançada sobre a velha sociedade feudal e torna evidente a diferenciação entre as classes, mostrando que uma classe econômica vive da sangria dos esforços de uma classe econômica inferior. Para além de destacar a clara diferença entre as classes sociais, o modelo econômico capitalista também

demonstra o potencial de certos setores produtivos para a economia. “Assim é que o sexo, fator de há muito selecionado como fonte de inferiorização social da mulher, passa a interferir de modo positivo para a atualização da sociedade competitiva, na constituição das classes sociais” (SAFFIOTI, 1976, P. 21).

Porém essa nova percepção dos potenciais econômicos por parte do sistema capitalista, não garante às mulheres uma valorização no mercado de trabalho, pelo contrário, cria um novo mecanismo para rejeitar a força de trabalho feminina. Como Saffioti (1976. P. 21) aponta neste trecho de seu livro: “Aparentemente, no entanto, são as deficiências físicas e mentais dos membros da categoria sexo feminino que determinam a imperfeição das suas capacidades nas sociedades competitivas”. Dessa forma, corrobora Tosta (1964),

[...] o trabalho remunerado da mulher vem ‘a reboque’ do processo de desenvolvimento econômico, isto é, só à medida em que a sociedade atingir um estágio relativamente avançado de desenvolvimento sócioeconômico é que a mulher pode se integrar no processo de produção. O processo de desenvolvimento tem que ser realizado, pelo menos em seus primeiros estágios, somente se contar com a mão-de-obra masculina. A mulher se constitui assim — não por culpa dela, mas por culpa dos próprios homens (e dos padrões sociais que estes engendraram) — em obstáculo do desenvolvimento, pois compõe uma vasta parcela não produtiva da sociedade.[...] À medida que a sociedade brasileira deixa de ser tradicional e passa a ser moderna, o status da mulher tende a deixar de ser atribuído e passa a ser adquirido”; (TOSTA, 1964, pag. 176 179.)

Observa-se que o principal empecilho para a entrada das mulheres no mercado de trabalho são os próprios homens, que criam obstáculos ao desenvolvimento da sociedade.

Tosta (1964) destaca ainda que à medida que uma sociedade vai se tornando moderna, ou seja, deixando de ser tradicional (patriarcal e falocêntrica), as mulheres deixam de ter *status* atribuído a sua condição biológica e passam a ter *status* conquistado mediante as suas capacidades. Isso quer dizer que uma mulher não é mais, necessariamente, definida como frágil, delicada, desprotegida, mãe, dona de casa, etc... A mulher passa a ser vista como capaz, competente, competitiva, produtiva, etc.

Ao chegar ao mercado de trabalho a mulher ganha o espaço necessário para mostrar o seu potencial econômico, gerador de renda, criativo. A percepção de renda também traz à mulher a noção de liberdade financeira, independência e empoderamento.

2.2.2 Como se estruturou o mercado de trabalho feminino no Brasil

Em 2017 o governo federal lançou um Caderno de Formação intitulado “As mulheres e o mercado de trabalho”. Este caderno traz dados importantes sobre a inserção da mulher no mercado de trabalho brasileiro.

O Caderno de Formação (2017) aponta que os primeiros estudos sobre a força de trabalho feminina tiveram início em 1980. As pesquisas apresentadas, no caderno de formação, já mostravam o crescimento das mulheres no mercado de trabalho brasileiro. Como pode ser percebido no trecho a seguir:

As pesquisas destacavam a crescente presença das mulheres no mercado de trabalho a partir dos anos de 1970 e a sua permanência mesmo em décadas caracterizadas pelo elevado nível de desemprego e crise econômica, como foram os anos de 1980. (CADERNOS DE FORMAÇÃO: AS MULHERES E O MERCADO DE TRABALHO, 2017, pag. 18)

Já nessa época eram observadas as discrepantes diferenças salariais entre homens e mulheres, bem como uma “elevada concentração em setores ligados ao comércio e a serviços, notadamente nas áreas de serviços sociais, trabalho doméstico e nas ocupações mais vulneráveis e de reduzida exigência de qualificação profissional” (CADERNOS DE FORMAÇÃO: AS MULHERES E O MERCADO DE TRABALHO, 2017, pag. 18)

Ainda segundo o Caderno de Formação (2017, p. 18), tais atribuições se dão devido a caracterização da mulher como reprodutora, o que para uma sociedade patriarcal torna a mulher um indivíduo inferior, marcando assim toda a trajetória de inserção das mulheres no mercado de trabalho como um todo.

É apontado, também, que em 1872 do total de mulheres em profissão, cerca de 52% trabalhavam como empregadas domésticas e costureiras, profissões essas

que eram caracterizadas como de atribuição feminina. Observa-se que em 2019 essa caracterização não mudou muito e ainda precisamos, enquanto mulheres, lidar com a ligação do gênero a áreas de atuação.

[...] Nos Censos de 1872 e 1900 o nível de ocupação por sexo feminino era de aproximadamente 73%, reduzindo para 17% em 1920, essa redução, conforme as autoras, se deve a que nos primeiros recenseamentos grande parte das mulheres ocupadas com o trabalho doméstico não remunerado estava inserida nesta categoria. Entre os anos entre 1920 e 1970 haveria pouca alteração, variando de 16,7% para 18,5%, respectivamente. (CADERNOS DE FORMAÇÃO 3, AS MULHERES E O MERCADO DE TRABALHO, 2017, P. 19)

A drástica diminuição da população feminina ativa, segundo os estudos da época, é explicada pelo fato de os primeiros censos terem incluído como domésticas e costureiras mulheres que não eram remuneradas para exercer as atividades. A partir dos novos censos realizados entre as décadas de 1920 e 1970 essas mulheres não são mais contadas e a porcentagem de mulheres no mercado de trabalho brasileiro despenca drasticamente.

No trecho a seguir vê-se como essa presença feminina era direcionada para atividades caracterizadas como femininas.

Entre os anos de 1930 e 1950 cresce a presença em atividades domésticas [...]. Nesse período a indústria incipiente absorvia mão de obra masculina, enquanto as mulheres eram incorporadas em atividades tradicionais como os serviços domésticos, sociais, educacionais e de saúde. (CADERNOS DE FORMAÇÃO 3, AS MULHERES E O MERCADO DE TRABALHO, 2017, P. 19)

A partir de 1980 a participação da mulher no mercado de trabalho volta a ter crescimento, conforme o censo da época. Olhando para o cenário da atualidade, segundo dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2015, o percentual de mulheres trabalhando com carteira assinada, chega a 44,3%.

A Pesquisa revelou que a participação das mulheres na população ocupada praticamente não se alterou, passando de 46,1% em 2014 para 46,2% em 2015. Ressalta-se que no confronto com 2003 (43,0%), houve elevação da participação delas no mercado de trabalho (IBGE. PME. 2015)

O levantamento aponta ainda que, em se tratando de mercado de trabalho, as condições de trabalho para as mulheres são sempre menos favoráveis. Entretanto quando levado em consideração o nível de estudo as mulheres estão em posição de destaque, o que, no setor privado, não garante às mulheres salários iguais aos dos homens.

2.2.3 Dados da força de trabalho feminina

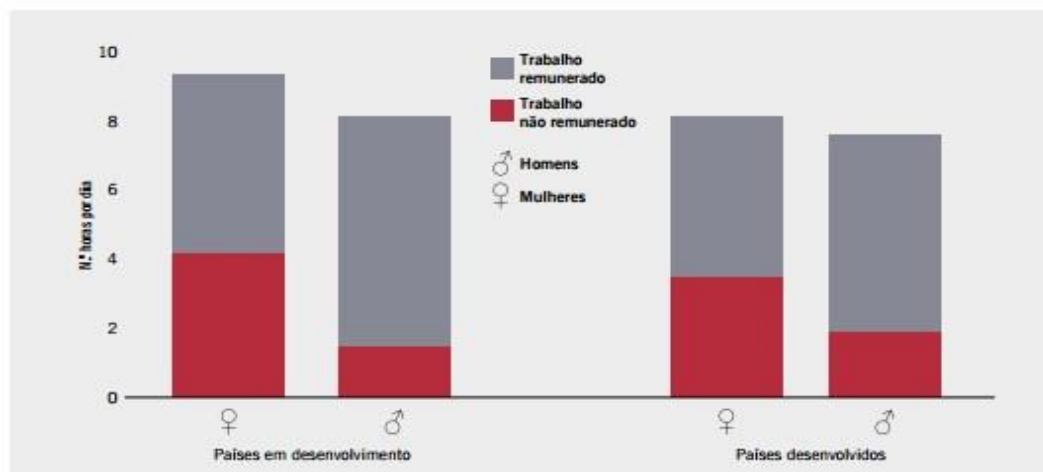
Para entender a importância da inserção da mulher no mercado de trabalho é preciso perceber as diferenças percentuais entre o mercado de trabalho feminino e masculino.

A inserção da mulher no mercado de trabalho ainda se defronta com um baixo aproveitamento de sua capacidade laboral, além de uma acentuada divisão por gênero no trabalho remunerado (no mercado) e não remunerado (em afazeres domésticos) (BARBOSA e COSTA, 2017, p. 23).

Segundo os dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT) as mulheres, em todo o mundo, trabalham nas atividades domésticas, em média, duas vezes e meia a mais que os homens (OIT, 2016).

O gráfico a seguir, foi extraído deste estudo realizado pela OIT. Através dele é possível ter uma clara ideia da diferença de horas dedicadas a atividades não remuneradas, entre homens e mulheres. É importante observar que o gráfico traz dados mundiais, separando os indicadores entre homens e mulheres, de países subdesenvolvidos e desenvolvidos.

Gráfico 1 – Tempo despendido no trabalho remunerado e no trabalho não remunerado, em 23 países de economias em desenvolvimento e em 23 países de economias desenvolvidas, pelas pessoas empregadas, por sexo (último ano disponível)



FONTE: Organização Internacional do Trabalho, 2015

As diferenças entre homens e mulheres na distribuição das tarefas domésticas não remuneradas significam que há uma maior probabilidade de as mulheres trabalharem menos horas numa atividade remunerada de qualquer natureza, pois as mesmas gastam muito mais horas de seu dia em atividades domésticas que os homens. No trecho a seguir a OIT faz uma observação dessa diferenciação de horas dedicadas ao trabalho doméstico.

As mulheres realizam, em média, pelo menos duas vezes e meia mais tarefas domésticas não remuneradas e de cuidados do que os homens (nos países com dados disponíveis). Embora esta desigualdade entre homens e mulheres permaneça substancial, tem diminuído ao longo do tempo, principalmente devido a alguma redução no tempo gasto pelas mulheres nos trabalhos domésticos, embora não tenha havido nenhuma redução significativa no tempo dedicado aos cuidados às crianças. As mulheres, no entanto, continuam a trabalhar mais horas por dia do que os homens quando se considera o trabalho pago e o trabalho não remunerado. Em particular, as mulheres trabalhadoras (por conta própria ou por conta de outrem e que recebem um salário) têm, em média, dias de trabalho mais longos do que os homens trabalhadores (OIT, 2016, p. 7).

Além das diferenças já citadas, as mulheres precisam lidar com o fato de que recebem salários menores, que os salários pagos aos homens, para executar o mesmo trabalho realizado por eles. Essa diferença é ainda mais elevada quanto maior

for o grau de instrução. É comum que pessoas, com o nível de formação até o ensino médio, recebam a média de um salário mínimo, independente do sexo, porém quanto maior a formação, maior é a diferença de salários entre os sexos.

Uma pesquisa da Catho Empresas, realizada no Brasil, no início de 2017, contando com a participação de mais de 13 mil profissionais, mostrou que, em diversas áreas de atuação, os salários das mulheres são inferiores aos dos homens. O infográfico a seguir é referente a pesquisa da Catho Empresas, e foi retirado do site de notícias, G1⁵.

Gráfico 2 – Desigualdade de salários



FONTE: Catho Empresas. 2017

Estas diferenças salariais não se limitam apenas aos cargos, elas se estendem também às diferentes áreas de atuações. A mesma pesquisa da CATHO Empresas analisou 28 áreas de atuação e em apenas 2 (duas) destas áreas as mulheres tinham salários médios maiores que o dos homens. Tais áreas são: Comunicação e editoração, onde os homens recebem em média R\$ 3.080,00 (três mil e oitenta reais) e as mulheres recebem em média R\$ 3.714,00 (três mil setecentos e quatorze reais); Produção e evento, onde as mulheres recebem em média R\$ 2.365,00 (dois mil

⁵ O Portal de Notícias G1, é um famoso veículo de informação Brasileiro. Os dados da pesquisa da Catho Empresas encontram se no link: <http://g1.globo.com/economia/concursos-eemprego/noticia/mulheres-ganham-menos-do-que-os-homens-em-todos-os-cargos-dizpesquisa.ghtml>

trezentos e sessenta e cinco reais) e os homens recebem uma média de R\$ 1.702,00 (mil setecentos e dois reais)

Gráfico 3 – Diferença por área de atuação, em R\$

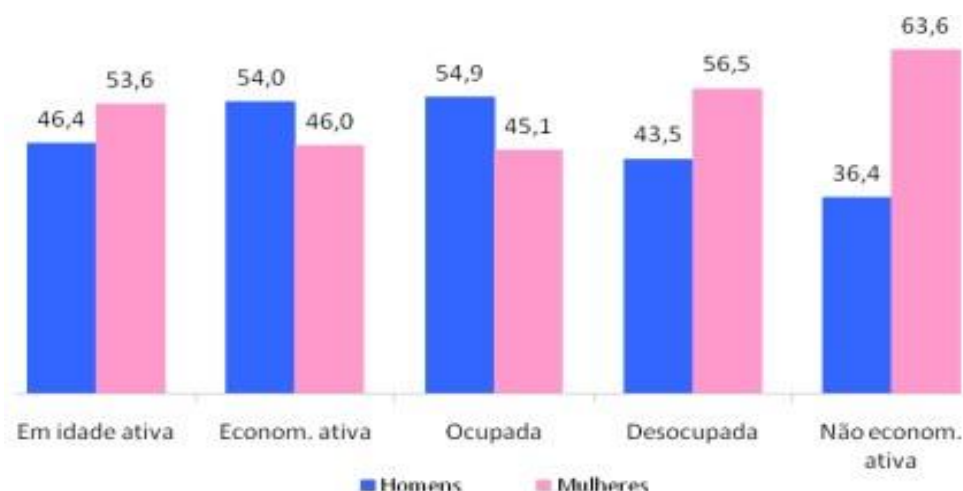


FONTE: Catho Empresas, 2017

Segundo o IBGE (PME, 2010), em pesquisa publicada no dia internacional da mulher de 2010, em “2009 em média, eram 10,6 milhões de mulheres na força de trabalho, sendo 9,6 milhões ocupadas e 1,1 milhão desocupadas. O contingente de mulheres na inatividade foi estimado em 11,3 milhões”. Os percentuais desses dados são expressos no gráfico a seguir:

O gráfico abaixo mostra ainda que há mais mulheres em idade ativa que homens, mas os homens são economicamente mais ativos que as mulheres.

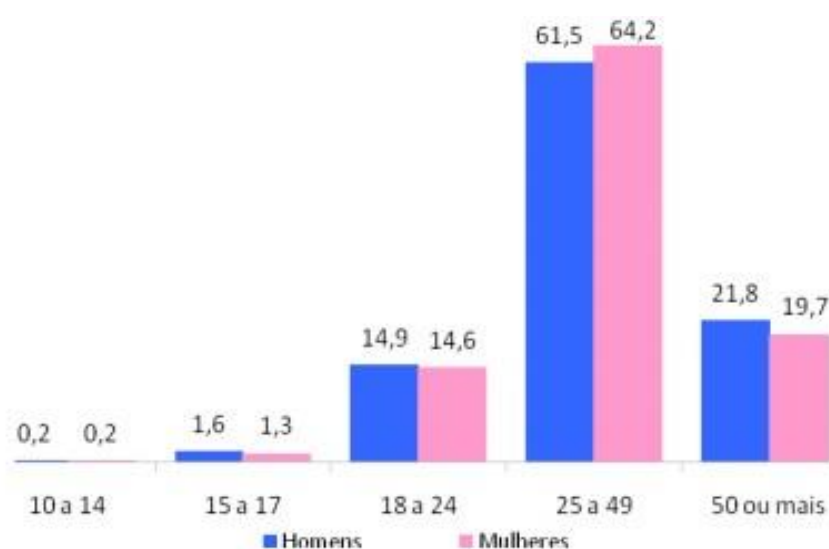
Gráfico 4 – Distribuição da população com 10 anos ou mais de idade, por condição de atividade, segundo o sexo – 2009*



FONTE: IBGE, Pesquisa Mensal de Emprego, 2010

O estudo também revela que o percentual de mulheres com idade entre 25 e 49 que têm uma ocupação é maior que o percentual de homens, com a mesma faixa etária, ocupados. Esse quadro se reverte quando comparado com pessoas com idade acima de 50 anos, como é apresentado no gráfico a seguir.

Gráfico 5 – Distribuição da população com 10 anos ou mais de idade, por condição de atividade, segundo o sexo – 2009*



FONTE: IBGE, Pesquisa Mensal de Emprego, 2010

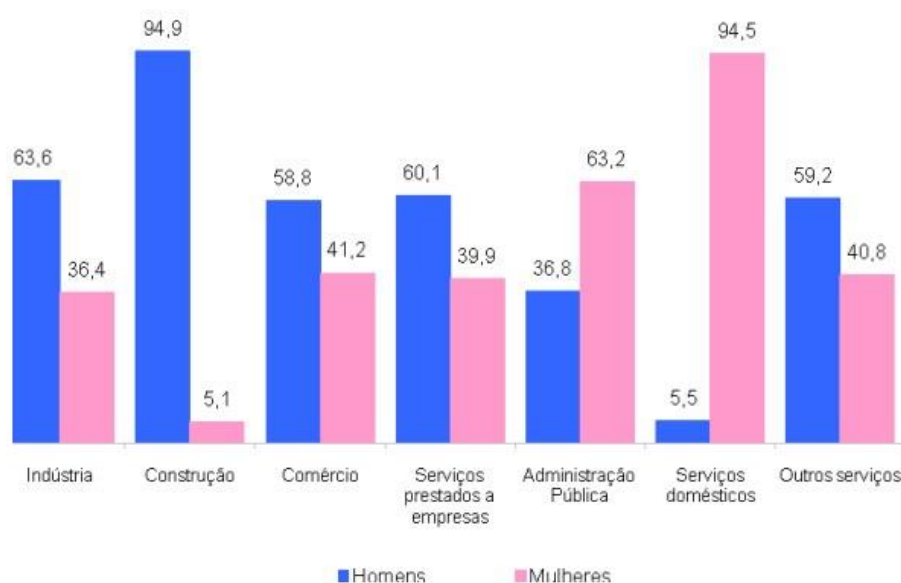
(*média das estimativas mensais)

Analisando a participação das mulheres ocupadas nos sete grupamentos de atividade apontados pela PME, observou-se que nos grupamentos que incluem a Indústria, Construção, Comércio, Serviços prestados a empresas e outros serviços, elas eram minoria. A participação delas era maior nos grupamentos que incluíam a Administração Pública e nos Serviços domésticos, neste último elas eram quase maioria absoluta. (IBGE. PME. 2010)

O gráfico 6 mostra a distribuição de homens e mulheres nos sete grupamentos de atividades apontados pela PME. Nele podemos observar que os homens representam 63,6% dos trabalhadores da indústria, 58,8% dos trabalhadores no comércio e 59,2% dos trabalhadores nos demais setores de atuação profissional.

Enquanto os homens são maioria em quase todas as áreas, as mulheres praticamente dominam as vagas de emprego relacionadas a serviços domésticos, representando 94,5% dos profissionais da área.

Gráfico 6 – Distribuição da população ocupada, por grupamentos de atividade, segundo o sexo 2009*



FONTE: IBGE, Pesquisa Mensal de Emprego, 2010 (*média das estimativas mensais)

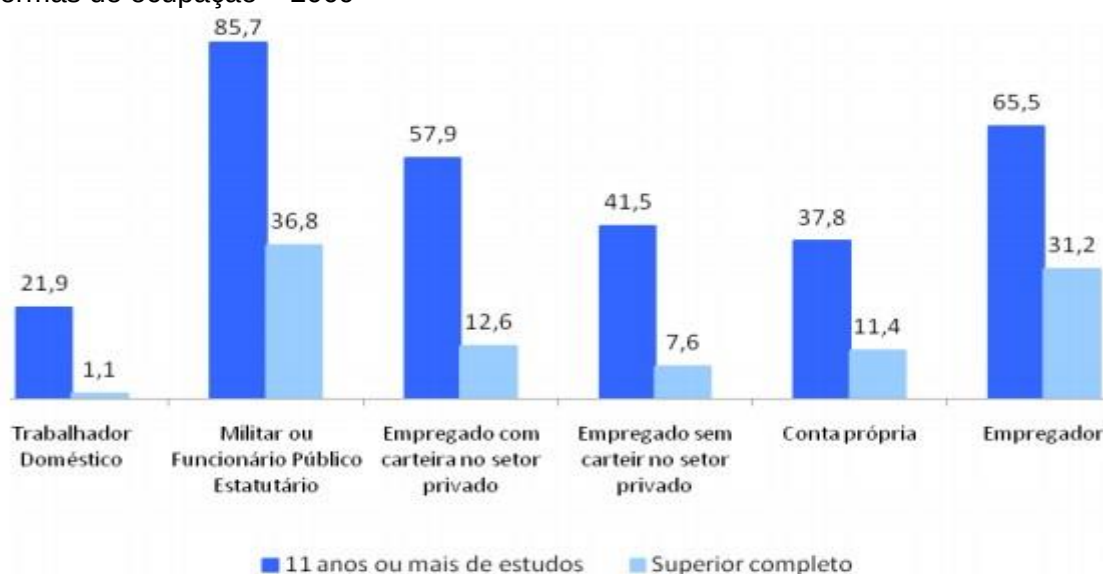
É possível observar nitidamente o quão inferior é a participação dos homens nos serviços domésticos, mas o que chama a atenção é a grande participação da mulher na área pública, representando 63,2%.

Outro aspecto muito importante apontado pelo IBGE é o nível de estudo das mulheres que se encontram no mercado de trabalho.

Enquanto 61,2% das trabalhadoras tinham 11 anos ou mais de estudo, ou seja, pelo menos o ensino médio completo, para os homens este percentual era de 53,2%. Destaca-se ainda que a parcela de mulheres ocupadas com curso de nível superior completo era de 19,6%, superior ao dos homens, 14,2%. (IBGE. PME. 2010)

O gráfico 7 faz um comparativo entre a distribuição de homens com 11 anos ou mais de estudos e homens com nível superior de ensino, de acordo com a área de formação. Em todas as áreas de formação o percentual de homens que estudaram 11 anos ou mais é sempre muito superior ao número de homens que concluíram o ensino superior. Um destaque é a área militar, onde 85,7% são homens com mais de 11 anos de estudos.

Gráfico 7 – Participação da população ocupada masculina, por escolaridade, segundo as formas de ocupação – 2009*

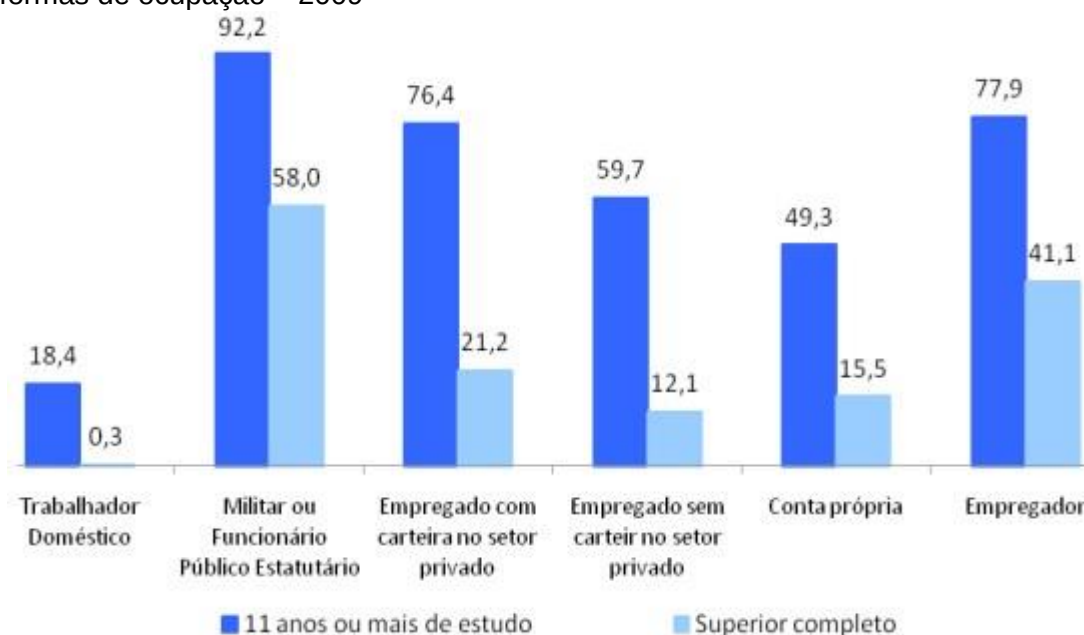


FONTE: IBGE, Pesquisa Mensal de Emprego, 2010

(*média das estimativas mensais)

O gráfico 8 trata do comparativo das mulheres com 11 anos ou mais de estudo em relação às mulheres com nível superior de ensino. Também é possível notar uma grande diferença entre o percentual de mulheres com 11 anos ou mais de estudos e as mulheres com nível superior completo.

Gráfico 8 – Participação da população ocupada feminina, por escolaridade, segundo as formas de ocupação – 2009*



FONTE: IBGE, Pesquisa Mensal de Emprego, 2010 (*média das estimativas mensais)

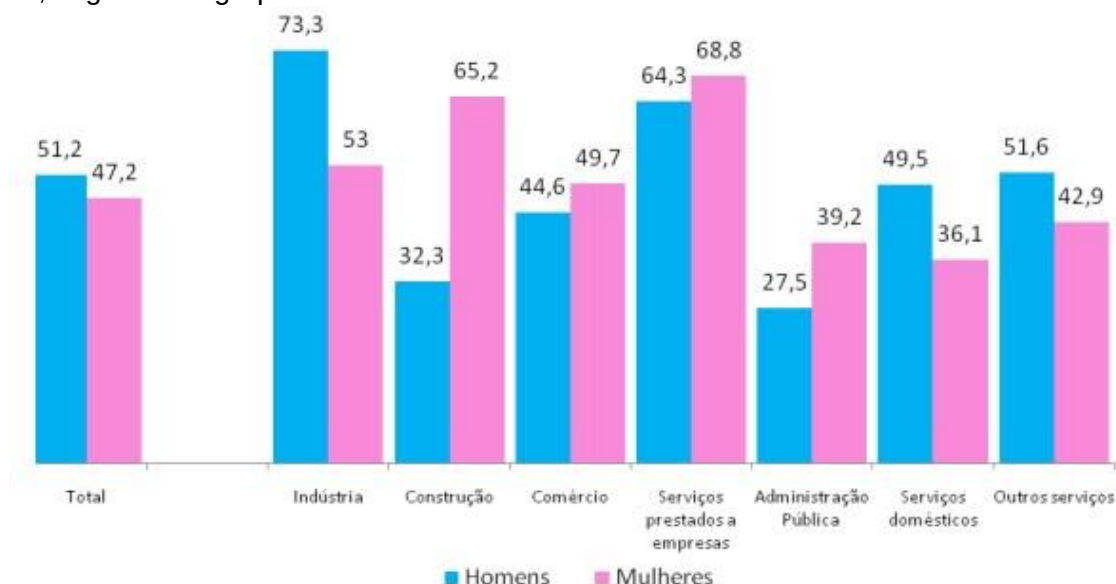
O estudo também considerou a posse de carteira de trabalho assinada para homens e mulheres, de acordo com os grupamentos de atividade nos quais estavam ocupados.

[...] Dentre as mulheres ocupadas na Indústria, o percentual das que possuíam carteira era de 53,0%, para os homens, esta estimativa era superior cerca de 20 pontos percentuais. Dentre as mulheres ocupadas nos Outros serviços, 42,9% tinham carteira assinada, dentre os homens, 51,6%. Na Construção, grupamento com 93,8% do seu contingente formado por homens, 65,2% das mulheres tinham carteira assinada, para os homens esta estimativa era 32,3%. No Comércio, nem metade das mulheres tinham carteira assinada (49,7%), o mesmo se confirmou para os homens (44,6%). Nos Serviços prestados a empresas, 68,8% delas tinham carteira assinada, entre os homens o percentual era 64,3%. No grupamento da Administração Pública, enquanto 39,2% das mulheres tinham carteira assinada, dentre os homens esta estimativa era de 27,5%.

Ressalta-se que nos Serviços domésticos, grupamento onde as mulheres representavam 94,2% do contingente, 36,1% delas tinha carteira assinada, ou seja, este foi o grupamento com o menor percentual de mulheres com posse de carteira assinada. (IBGE. PME. 2010)

No gráfico a seguir é possível observar que as mulheres são maioria com carteira assinada em quatro dos agrupamentos de atividades estabelecidos pelo PME. São eles: Construção; comércio; serviços prestados; e administração pública.

Gráfico 9 – Proporção de pessoas ocupadas com carteira de trabalho assinada por sexo, segundo os grupamentos de atividade – 2009*

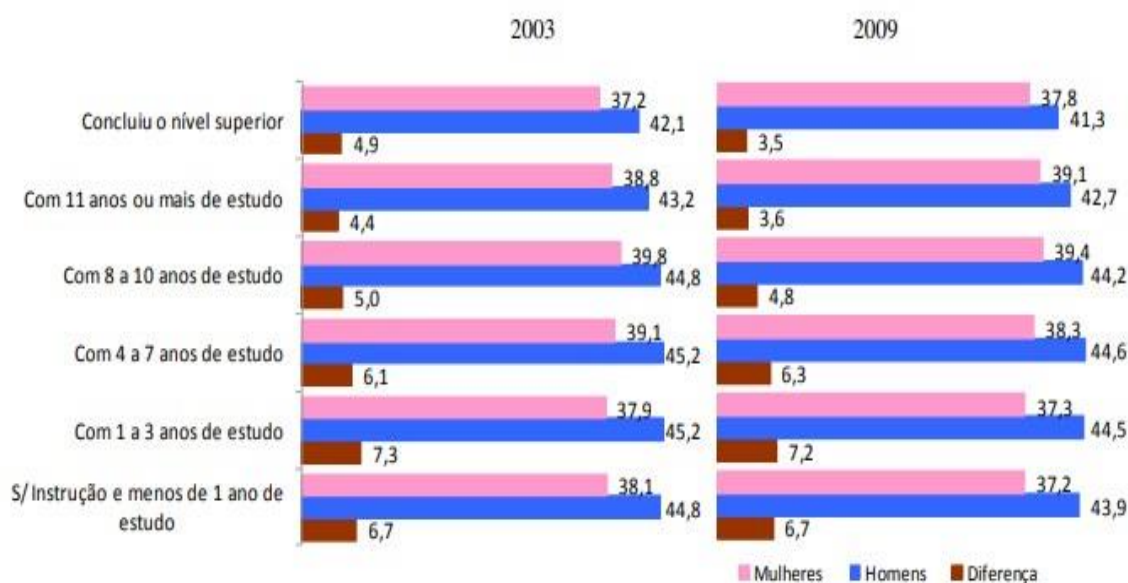


FONTE: IBGE, Pesquisa Mensal de Emprego, 2010 (*média das estimativas mensais)

Segundo o gráfico 9, na administração pública as mulheres representam 39,2% das carteiras de trabalho assinadas, enquanto os homens representam 27,5%. Um dado que chama bastante atenção é que na área da construção as mulheres representam 65,2%, enquanto os homens somam 32,3%.

Também foi levantada a carga horária média trabalhada por homens e mulheres de acordo como o nível de estudo. O que pode ser observado é que em todos os níveis de ensino, a carga horária média dos homens é maior que a carga horária média das mulheres, conforme observado no gráfico a seguir. O gráfico também demonstra a diferença em horas entre os totais das cargas horárias. É importante ressaltar que esta carga horária masculina está ligada apenas às horas formais de trabalho, não contando os afazeres domésticos, que, como já foi mostrado no início deste estudo, é executado em sua maioria pelas mulheres.

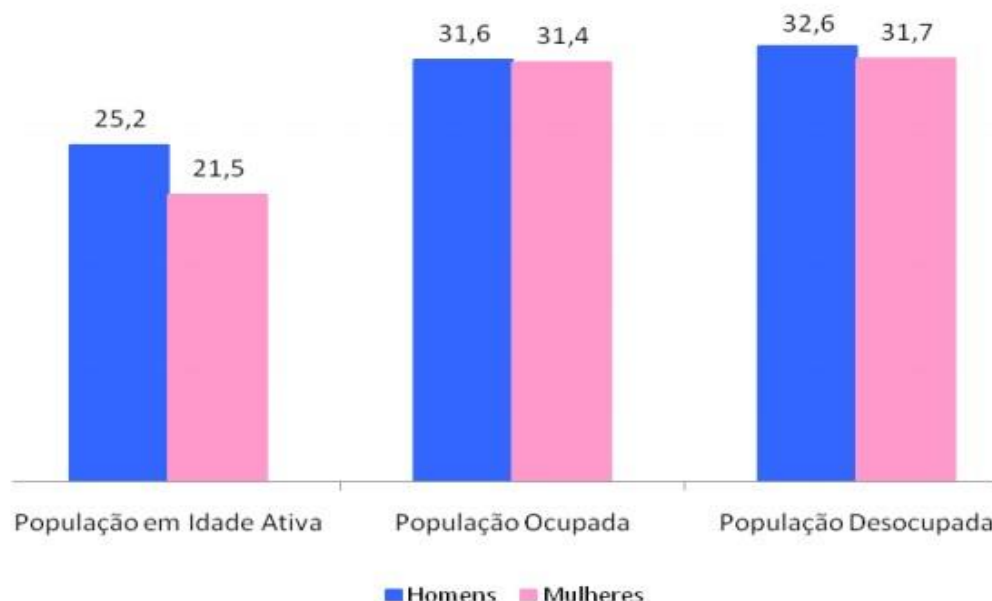
Gráfico 10 – Número médio de horas semanais trabalhadas, por grupos de anos de estudo, segundo o sexo e diferença da quantidade de horas trabalhadas entre os sexos – 2003/2009*



FONTE: IBGE, Pesquisa Mensal de Emprego, 2010 (*média das estimativas mensais)

Um dos dados observados, e que é bastante relevante para este trabalho, é o percentual de pessoas de ambos os sexos que buscaram por cursos de capacitação profissional. A análise aponta que a procura tanto entre a população ocupada (PO) e a população desocupada (PD) foi bastante semelhante, mostrando que independentemente de estarem trabalhando ou não, as pessoas têm a tendência de continuar buscando capacitação profissional. Os valores são virtualmente maiores entre os homens.

Gráfico 11 – Proporção de pessoas que frequentaram ou concluíram curso de qualificação profissional, por sexo, segundo a condição na ocupação – 2009*



FONTE: IBGE, Pesquisa Mensal de Emprego, 2010 (*média das estimativas mensais)

Ter conhecimento deste dado é importante para ressaltar a relevância das políticas públicas de incentivo à capacitação profissional e acesso ao mercado de trabalho, pois isso mostra que existe uma demanda de homens e mulheres pela capacitação profissional.

2.2.5 O Valor do Trabalho da Mulher

A mão de obra feminina, por si só, gera valores que vão além do valor pago em seu salário. Uma mulher que fica em casa, fazendo serviços domésticos está gerando valor ao gerar economia de renda para a sua família.

“Elas recebem menos que os homens não por um fenômeno de mercado, e sim por preconceito – um problema que prejudica as mulheres, suas famílias e a sociedade inteira” (DONAGGIO E MIDORI, ÉPOCA, 2017)

Em seu artigo, “O valor de uma mãe em casa”, o economista e colunista da revista Época, Gustavo Cerbasi (2017) aponta que uma mãe em casa gera uma economia de 10 mil a 12 mil reais por mês. Neste aspecto, ele observa que uma mulher, ao optar por não

trabalhar para cuidar de sua família, gera para a sua casa uma economia muito superior ao salário que seria atrelado ao seu trabalho, pois a mesma executa diversas funções para as quais seria necessária a contratação de outros profissionais.

“A presença da mulher em casa significa maior capacidade de gerenciar e cuidar da família. Se ela fosse substituída por bons profissionais, custaria quase sempre mais que o salário do qual essas mães abrem mão” (CERBAS, Época, 2017).

Em seu artigo ele ainda aponta que este cenário pode, e deve ser questionado, em situações onde é o homem que decide ficar em casa e cuidar das tarefas domésticas, enquanto a mulher se torna provedora do lar.

O valor de uma mulher no mercado de trabalho também tem reflexos na seleção dos melhores talentos. O Brasil é um dos países que mais sofrem com a escassez de profissionais qualificados. Em uma economia do conhecimento, essa falta na mão de obra é uma das responsáveis pelo menor desenvolvimento do país. Se as mulheres constituem 57% dos universitários e são a maioria entre os detentores de ensino superior (12,5% das mulheres completaram a graduação contra 9,9% dos homens), perdemos talentos quando elas se veem menos valorizadas no mercado de trabalho (DONAGGIO E MIDORI, ÉPOCA, 2017).

É possível perceber que o valor do trabalho feminino está atrelado a diversos fatores culturais, e que mesmo que elas sejam, em prática, mais capacitadas que os homens, seus salários sofrem implicações externas para além das normas padrões de remuneração.

2.3 Programa Acessuas Trabalho

O Programa de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho - Acessuas Trabalho - foi criado para promover às famílias de baixa renda usuárias da Política de Assistência Social o acesso ao mundo do trabalho, alcançando, assim, a autonomia financeira.

Instituído pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) “por meio da Resolução nº 18, de 24 de maio de 2012, o Programa Acessuas Trabalho é implementado em parceria com as Secretarias de Assistência Social dos Municípios

e do Distrito Federal (DF)” (ACESSUAS TRABALHO: ORIENTAÇÕES TÉCNICAS, 2017, pag.19).

“O Acessuas Trabalho surge como estratégia de inclusão produtiva urbana do Plano Brasil Sem Miséria no âmbito da política de assistência social. ” (ACESSUAS TRABALHO: ORIENTAÇÕES TÉCNICAS, 2017, pag.19)

De acordo com o Caderno de Orientações Técnicas – ACESSUAS TRABALHO (2017, pag.18), “o Programa surgiu com a proposta de desenvolver ações para garantir os direitos e a cidadania das pessoas em situação de vulnerabilidade”.

O Programa Acessuas tornou-se referência na política de assistência social para inserção de pessoas em situação de vulnerabilidade e ou risco social nos cursos ofertados pelo Pronatec⁶, e se consolidou como peça fundamental para disseminação da inclusão produtiva nos municípios brasileiros nos últimos anos. (ACESSUAS TRABALHO: ORIENTAÇÕES TÉCNICAS, 2017, pag.19)

Dessa forma, tem abrangência nacional, e no período de 2012 a 2014, as adesões passaram de 292 (duzentos e noventa e dois) para 1.383 (mil trezentos e oitenta e três) municípios (ACESSUAS TRABALHO: ORIENTAÇÕES TÉCNICAS, 2017, pag. 20). Segundo o Caderno de Orientações (2017, pag. 20), em 2017 o Programa alcançou uma abrangência de 25% dos municípios brasileiros.

“O Programa obteve êxitos como ação da Política de Assistência Social e tornou-se uma realidade nos municípios que receberam o co-financiamento federal”. (ACESSUAS TRABALHO: ORIENTAÇÕES TÉCNICAS, 2017, pag.19)

2.3.1 Público do Acessuas Trabalho

“O Acessuas tem como público de suas ações, a população urbana e/ou rural, em situação de vulnerabilidade e risco social, residente em municípios integrantes do Programa, com idade de 14 a 59 anos” (ACESSUAS TRABALHO: ORIENTAÇÕES TÉCNICAS, 2017, pag.147). É importante salientar, com base no Caderno de Orientações Técnicas (2017, pag. 47), que o Programa tem prioridade para a participação dos usuários de serviços, projetos, programas de transferência de

⁶ Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

renda e benefícios socioassistenciais, atendendo de forma especial os seguintes segmentos:

- Beneficiários do Programa Bolsa Família;
- Pessoas inscritas no Cadastro Único (CadÚnico⁷);
- Pessoas com deficiência⁸⁹;
- Jovens e adultos do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV e egressos;
- Adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas, egressos e suas famílias;
- Famílias com presença de situação de Trabalho Infantil;
- Famílias com pessoas em situação de privação de liberdade;
- Famílias com crianças em situação de acolhimento provisório;
- População em situação de rua;
- Adolescentes e jovens no serviço de acolhimento e egressos; □ Indivíduos e famílias residentes em territórios de risco, em decorrência do tráfico de drogas; □ Indivíduos egressos do Sistema Penal;
- Pessoas retiradas do trabalho escravo;

2.3.2 O Referenciamento ao Centro de Referência de Assistência Social CRAS

O Centro de Referência de Assistência Social é um local público, localizado prioritariamente em áreas de maior vulnerabilidade social, onde são oferecidos serviços de assistência social com o intuito de fortalecer a convivência social destas áreas.

⁷ O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único) é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, permitindo que o governo conheça melhor a realidade socioeconômica dessa população. Nele são registradas informações como: características da residência, identificação de cada pessoa, escolaridade, situação de trabalho e renda, entre outras.

⁸ A Lei nº 11.180/2005 que altera a Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT, Lei 10.097/2000 art.428, § 5º, admite o Contrato de Aprendizagem para pessoa com deficiência, a partir de 14 anos sem restrição de idade máxima. (ACESSUAS TRABALHO: ORIENTAÇÕES TÉCNICAS, ⁹, pag.47)

O CRAS é a referência para o desenvolvimento de todos os serviços socioassistenciais de Proteção Social Básica do SUAS¹⁰. Isso significa que os serviços devem estar sempre em contato com o CRAS do respectivo território de abrangência, tornando-o ponto de referência” (ACESSUAS TRABALHO: ORIENTAÇÕES TÉCNICAS, 2017, pag.16).

“As demais ações, quando desenvolvidas no território do CRAS por outra unidade pública ou entidade/organizações de assistência social, devem ser obrigatoriamente referenciadas ao CRAS” (ACESSUAS TRABALHO: ORIENTAÇÕES TÉCNICAS, 2017, pag.16).

Estar referenciado implica estabelecer vínculo com o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e, no tocante à Proteção Social Básica, o referenciamento visa, sobretudo, tornar factível¹¹ a articulação dos demais serviços e programas com o PAIF¹² (ACESSUAS TRABALHO: ORIENTAÇÕES TÉCNICAS, 2017, pag.16).

2.4 Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC)

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) foi criado pelo Governo Federal em 2011, por meio da Lei nº 12.513, com a finalidade de ampliar a oferta de cursos de Educação Profissional e Tecnológica (EPT), por meio de programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira. “É mais uma ferramenta de acesso educacional destinada aos estudantes e também aos trabalhadores brasileiros que visam alcançar grandes oportunidades na vida profissional” (EDUCA MAIS BRASIL, 2018)

O Pronatec é um programa com objetivo de

[...] expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica no país, que busca ampliar as oportunidades educacionais e de formação profissional qualificada de jovens, trabalhadores e beneficiários de programas de transferência

¹⁰ Sistema Único de Assistência Social

¹¹ Segundo o dicionário digital da Porto Editora, Dicionário da Língua Portuguesa, factível define-se como:
1. Que pode ser feito; exequível, realizável, possível, fazível.

¹² Proteção e Atendimento Integral à Família

de renda” (MINISTERIO DA EDUCAÇÃO, DADOS ABERTOS, PRONATEC).¹³

Os cursos profissionalizantes e técnicos oferecidos pelo Pronatec tem alta taxa de empregabilidade. Além disso, a oferta de cursos presenciais e a distância também é mais um ponto positivo do projeto (EDUCA MAIS BRASIL, 2018).

Segundo o Ministério da Educação MEC, os objetivos específicos do PRONATEC são:

- a expansão das redes federal e estadual de Educação Profissional e Tecnológica (EP¹⁴);
- a ampliação da oferta de cursos a distância;
- a ampliação do acesso gratuito a cursos de EPT em instituições públicas e privadas;
- a ampliação das oportunidades de capacitação para trabalhadores de forma articulada com as políticas de geração de trabalho, emprego e renda e;
- a difusão de recursos pedagógicos para a EPT.

2.4.1 Público do PRONATEC

O Pronatec oferta cursos de EPT voltados prioritariamente para:

- os estudantes do ensino médio da rede pública, inclusive da educação de jovens e adultos;
- os trabalhadores;
- os beneficiários dos programas federais de transferência de renda¹⁴ e;
- os estudantes que tenham cursado o ensino médio completo em escola da rede pública.

¹³ Disponível em: <http://dadosabertos.mec.gov.br/pronatec>

¹⁴ Educação Profissional Tecnológica de graduação e de pós-graduação. Fonte: <http://portal.mec.gov.br/cursos-da-ept>

O Pronatec destina-se especialmente a pessoas de baixa renda com o intuito de promover a capacitação profissional, possibilitando a estas pessoas uma oportunidade de ingressar no mercado de trabalho.

2.4.2 Parceiros do PRONATEC

Para o seu funcionamento, o programa conta com diversas parcerias tanto no setor público quanto no setor privado.

São parceiras do Pronatec instituições de ensino onde são aplicados os cursos disponibilizados pelo programa. São estes os parceiros:

- as instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica; as instituições de educação profissional e tecnológica das redes estaduais, distrital e municipais;
- as instituições dos serviços nacionais de aprendizagem e;
- as instituições privadas de ensino superior e de educação profissional e tecnológica devidamente habilitadas para a oferta de cursos técnicos de nível médio, no âmbito da iniciativa BolsaFormação.

2.4.3 Como o Pronatec Funciona

Os cursos ofertados pelo Pronatec são totalmente gratuitos e o programa atua em parceria com as instituições da Rede Federal de Ensino, além de atuar

¹⁴ Os Programas de Transferência de Renda se constituem um tipo de programa social. A segurança social de renda, de competência da Assistência Social, é operada por meio da concessão de bolsas/auxílios financeiros sob determinadas condicionalidades, com presença (ou não) de contrato de compromissos; e da concessão de benefícios continuados, nos termos da lei, para cidadãos não incluídos no sistema contributivo de proteção social, que apresentem vulnerabilidades decorrentes do ciclo de vida e/ou incapacidade para a vida independente e para o trabalho. Fonte: <http://www2.maringa.pr.gov.br/sasc/?cod=cadastro-unico/3>

com demais Serviços Nacionais e Aprendizagem (SENAI, SENAR, SENAT, SENAC) e a rede privada de ensino.

Com o objetivo de ampliar o número de pessoas que podem ter acesso ao programa, foram criados dois subprogramas com o intuito de atender pessoas com necessidades específicas.

Pronatec EJA: criado como uma estratégia para dar uma oportunidade aos jovens e adultos que não concluíram os estudos na idade apropriada. Essa modalidade é destinada aos estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA), em que são oferecidos cursos por meio da bolsa formação.

e-Pronatec: essa modalidade foi criada para que estudantes e trabalhadores tenham acesso aos cursos técnicos e de qualificação profissional, na modalidade a distância, por meio de parceria com a rede eTec Brasil. Dessa forma, os alunos podem estudar acessando as plataformas digitais, tendo mais flexibilidade durante os estudos. (EDUCA MAIS BRASIL. 2018)

2.5 Intermediações de mão-de-obra através do sistema nacional de emprego (SINE)

“O Sistema Nacional de Emprego (SINE) foi criado em 1975 sob a égide da Convenção nº. 88 da OIT, que orienta cada país-membro a manter um serviço público e gratuito de emprego, para a melhor organização do mercado de trabalho” (PORTAL DO MINISTÉRIO DO TRABALHO. 2018).

“A execução das ações no âmbito do Sine ocorre mediante a celebração de Convênios Plurianuais do SINE (CPSINE) com as Unidades da Federação, municípios com mais de 200 mil habitantes, e entidades privadas sem fins lucrativos” (PORTAL DO MINISTÉRIO DO TRABALHO, 2018).

Hoje o Sine é responsável por intermediar o acesso a vagas de emprego e a habilitação ao seguro-desemprego. Para além destas atividades, na busca por atender o que prevê a Lei Lei 7.998/1990¹⁵, diversas unidades do Sine, espalhadas pelo país, buscam ofertar e promover o encaminhamento para cursos de qualificação profissional.

2.5.1 Intermediação de mão-de-obra

A intermediação de mão-de-obra visa colocar trabalhadores no mercado de trabalho, por meio de vagas captadas junto a

¹⁵ A Lei 7.998/1990 Regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7998.htm

empregadores, reduzindo o tempo de espera e a assimetria de informação existente no mercado de trabalho, tanto para o trabalhador quanto para o empregador. Portanto, o serviço busca promover o encontro de oferta e demanda de trabalho. (PORTAL DO MINISTÉRIO DO TRABALHO. 2018)

Através de parceria com as empresas locais, o Sine atua promovendo e facilitando o acesso a vagas de emprego. As empresas têm a possibilidade de entrar em contato com o Sine de sua localidade e tornar acessível a sua disponibilidade de vagas de emprego. O Sine por sua vez faz a divulgação dessas vagas e uma seleção prévia das pessoas interessadas, encaminhando para as empresas pessoas que se adequam ou que tem a chance de se adequar aos requisitos informados pelas empresas no ato da disponibilização da vaga.

As principais etapas da execução do serviço de intermediação de mão-de-obra são: inscrição do trabalhador; registro do empregador; captação e registro de vagas de trabalho; cruzamento de perfil dos trabalhadores cadastrados com o perfil das vagas captadas; convocação de trabalhadores conforme pesquisa de perfil e encaminhamento para entrevista de emprego; e registro do resultado do encaminhamento (PORTAL DO MINISTÉRIO DO TRABALHO 2018).

O serviço de intermediação de mão-de-obra, ofertado pelo do Sine, se responsabiliza pela administração das vagas, desde o momento da captação até o momento do preenchimento – ou em outros casos, até a eventual extinção do prazo da vaga, previamente estipulado pelas empresas.

Ressalte-se que a ação de intermediação de mão de obra é frequentemente associada a ações de orientação profissional, aumentando a efetividade do processo de inclusão social e produtiva dos trabalhadores, particularmente aqueles com maiores dificuldades de inserção. Trata-se de um atendimento especializado, em que o trabalhador pode contar com apoio de psicólogos, assistentes sociais ou outros profissionais que o norteiem na procura por um emprego, por cursos de qualificação, por acesso a crédito para fomento do empreendedorismo, ou outros. (PORTAL DO MINISTÉRIO DO TRABALHO, 2018)

Deste modo o Sine também presta o importante trabalho de orientar o trabalhador sobre:

[...] o perfil profissional exigido empresas, a importância da postura profissional; a necessidade de desenvolvimento pessoal e profissional contínuo; os meios existentes para busca de emprego; documentação

necessária; ou mesmo orientações sobre como elaborar um currículo ou se portar em uma entrevista (PORTAL DO MINISTÉRIO DO TRABALHO, 2018)

Assim, ainda que não seja apto para uma das vagas de emprego que estejam disponíveis no Sine, o cidadão encontra no Sine o suporte necessário para informá-lo sobre como se capacitar para o mercado de trabalho, bem como a oportunidade de se capacitar com os cursos ofertados pelo próprio SINE.

2.5.2 Cursos de capacitação profissional

O atendimento diretamente em uma unidade do Sine é também um importante canal de acesso aos cursos de qualificação social e profissional, que são ofertados em pelo MEC através do Pronatec.

“Em 2014, o Ministério do Trabalho e Emprego deu prosseguimento à integração entre os sistemas envolvidos no processo de migração dos egressos do Pronatec para o Sistema Mais Emprego. ”

Era previsto que a partir de 2015 quem terminasse algum curso do Pronatec e estivesse em busca de emprego seria automaticamente incluso no sistema Mais Emprego¹⁶.

¹⁶ O Portal MTE – Mais Emprego é um sistema informatizado que integra as políticas de trabalho, emprego e renda, e a política de qualificação profissional. Além disso, os trabalhadores requerentes, desempregados ou aqueles que desejam mudar de emprego, podem realizar **processos de “auto intermediação”**, acessando o Portal MTE – Mais Emprego pela internet (maisemprego.mte.gov.br). Nele é possível a verificação de vagas disponíveis em outras regiões do país e a candidatura a processos de seleção. Há, no caso, a exigência de que o trabalhador faça previamente o seu cadastro. Mais informações sobre o sistema Mais Empregos disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/brasil-sem-miseria/inclusaoprodutiva-urbana-1/intermediacao-de-mao-de-obra/portal-mais-emprego>

2.6 Empoderamento feminino

Nos últimos anos muito se tem falado sobre empoderamento feminino sobre como isso é importante, porém nota-se também que há pouco conhecimento sobre o que realmente significa empoderamento feminino.

O termo empoderamento de mulheres vem sendo usado de maneira indiscriminada e ao longo do tempo vem ganhado novos significados. Seu uso tem se tornado comum nas mais diversas áreas, e ao longo do tempo tem se afastado de suas origens raciais.

Sadenberg (2006), em uma apresentação no “I Seminário Internacional: Trilhas do Empoderamento de Mulheres – Projeto TEMPO”, promovido pelo NEIM/UFBA, em Salvador, Bahia, de 5 -10 de junho de 2006, definiu o empoderamento da seguinte maneira.

Para nós, feministas, o empoderamento de mulheres, é o processo da conquista da autonomia, da auto-determinação. E trata-se, para nós, ao mesmo tempo, de um instrumento/meio e um fim em si próprio. O empoderamento das mulheres implica, para nós, na libertação das mulheres das amarras da opressão de gênero, da opressão patriarcal. Para as feministas latinoamericanas, em especial, o objetivo maior do empoderamento das mulheres é questionar, desestabilizar e, por fim, acabar com a ordem patriarcal que sustenta a opressão de gênero (SADENBERG, 2006).

Antes de tudo é necessário entender que o empoderamento feminino passa por várias etapas: “na sociedade, pelo conhecimento dos direitos da mulher, por sua inclusão social, instrução, profissionalização, consciência de cidadania” (HEFFEL et al, 2017).

A independência da mulher é fator altamente importante para sua libertação. Essa, por sua vez, é determinante para a iniciativa individual e para a eficácia social, que melhoram o potencial da pessoa para cuidar de si mesma e para influenciar o mundo, no momento em que participa, verdadeiramente, dos destinos e dos rumos da comunidade como agentes de desenvolvimento e não, pacientes. (HEFFEL et al, 2017)

Um ponto que deve ser levado em consideração é que o empoderamento individual deve acontecer, mas o empoderamento feminino só pode ser considerado

empoderamento quando ele ocorre de maneira coletiva. É válida a luta de uma só mulher por melhores condições de salário, por um ambiente de trabalho melhor, entre outros, mas as conquistas individuais não podem ser consideradas empoderamento feminino.

Uma mulher que se percebe empoderada ganha a força necessária para lutar pelo empoderamento das demais, mas para tanto é necessário que a primeira não veja o empoderamento apenas como algo individual, mas como algo coletivo e que todas as mulheres têm direitos. Como coloca Magdalena Leon:

Esse empoderamento pode ser uma ilusão simples e pura, se não está ligado ao contexto e está relacionado a ações coletivas dentro de um processo político. Embora seja verdade que é importante reconhecer as percepções individuais, ela não pode ser reduzida ao empoderamento de uma forma que ignora o histórico e o político. O empoderamento inclui mudanças individuais e ações coletivas. Empoderamento como autoconfiança e auto-estima deve ser integrado em um sentido de processo com a comunidade, cooperação e solidariedade. Levando em conta o processo histórico que cria a falta de poder, torna-se evidente a necessidade de alterar as estruturas sociais existentes; isto é, reconhecer o imperativo da mudança. (LEON, 2001, p. 97)

Segundo Magdalena Leon (2001) o empoderamento feminino não pode ser visto como uma luta ou uma conquista de uma mulher só, mas como uma união de esforços, que transpassam a economia, a política, a cultura, a educação, a saúde, o mercado de trabalho, para uma conquista de todas as mulheres.

2.6.1 Aspectos do empoderamento financeiro feminino

Tendo em vista que grande parte das famílias brasileiras são formadas por pessoas pobres, segundo o IBGE (2018) 43,4% da população estão na linha da pobreza, e grande parte das mulheres que estão nessa faixa encontram-se desempregadas, em parte devido a atual crise na qual o país se encontra, parte pela pouca instrução, entre outros fatores sociais, o Estado também deve tomar medidas, que de fato promovam a conscientização e que maximizem a igualdade entre os gêneros, através de políticas públicas de ações afirmativas. É dever do Estado fornecer e garantir os meios necessários à realização da mulher como cidadã e agente

de desenvolvimento. Além de promover ações capazes de valorizar a dignidade, dando às mulheres a capacidade de participar das escolhas e condução dos caminhos da cidadania.

De acordo com Bandeira “a pobreza enfraquece a cidadania feminina e impede as mulheres de assumirem ações políticas de interferências e legais para modificar sua condição. Também torna precárias as possibilidades de romper com o ciclo intergeracional da pobreza” (BANDEIRA, 2005, p. 12).

3 METODOLOGIA

3.1 Classificação da pesquisa

Este estudo procurou realizar um levantamento bibliográfico, com base em uma pesquisa exploratória¹⁷ que, segundo Gil (2008, pag. 27) é um “tipo de pesquisa realizado especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis”.

Com base nos procedimentos, consistiu numa pesquisa de natureza bibliográfica/documental, uma vez que se utilizou de fontes secundárias, tais como periódicos, livros técnicos, artigos, trabalhos científicos, monografias, que tiveram o objetivo principal de caracterizar o papel do trabalho feminino na sociedade, desde o surgimento do termo trabalho e do início de sua participação no mercado de trabalho até a atual situação da mulher na sociedade econômica moderna.

Utilizou-se também de fontes como as normas e resoluções que tiveram por objetivo a caracterização dos programas sociais de acesso ao mercado de trabalho, aqui apresentados.

Por último, a análise dos dados gerados por essa pesquisa foi de caráter qualitativo, uma vez que buscou olhar além dos números apresentados nos dados colhidos. Segundo Prodanov (2013, pag. 70) a análise qualitativa “considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números”. O papel do pesquisador é dialogar com essa subjetividade e procurar diluir a dicotomia entre sujeito e objeto.

¹⁷ Segundo GIL (2008, P.46). “As pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e idéias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. ”

3.2 Coleta de dados

A coleta dos dados apresentados neste trabalho deu-se a partir da pesquisa e consulta de diversas fontes como o IBGE, Ministério da Educação, Ministério do Trabalho, Organização Internacional do Trabalho, ONU Mulheres. Os dados de caráter estadual foram coletados tanto em sites do governo do estado do Tocantins quanto em sites do governo Federal, utilizando-se da lei de acesso a informação.

Para a obtenção de dados locais também foi feita a solicitação de dados à Secretaria de Desenvolvimento Social de Palmas, por meio da Secretaria de Transparência e Controle Interno de Palmas, e também para a Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Habitação, por meio da lei de acesso a informação.

3.2.3 Análise dos Resultados

Segundo Gil (2008, p. 156): “A análise tem como objetivo a procura do sentido mais amplo das respostas, o que é feito mediante sua ligação a outros conhecimentos anteriormente obtidos”.

Os dados coletados neste estudo foram analisados por meio de análise de conteúdo, que, segundo Richardson (1999, pag. 223), “é uma técnica de pesquisa e, como tal, em determinadas características metodológicas: objetividade, sistematização e inferência”. Nesse tipo de análise é possível ir além da mensagem dita, pois ela permite uma reflexão mais profunda sobre o que os dados buscam expressar.

A análise de conteúdo foi entendida como necessária neste caso, pois tratase de um assunto que não se limita apenas as características numéricas dos dados fornecidos para a análise, uma vez que também deve ser olhado o contexto histórico, econômico, cultural e social do ambiente de estudo, para que haja melhor entendimento de como é formado o mercado de trabalho feminino e suas características particulares.

4 RESULTADOS

4.1 Dados do Trabalho Feminino no Tocantins

Os dados apresentados neste estudo sobre o trabalho feminino no Tocantins foram extraídos da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS¹⁸) 2017, que foi divulgada em setembro de 2018, pelo Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho (PDET), no site do Ministério do Trabalho.

A tabela a seguir demonstra a variação do número de empregos formais por nível de escolaridade e sexo, registrados entre os anos de 2016 e 2017 no estado Tocantins.

Tabela 1 – Número de empregos formais por sexo e escolaridade

Grau de Instrução	2016			2017		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
Analfabeto	888	121	1.009	890	125	1.015
5ª série incompleta do Ensino Fundamental	7.346	4.828	12.174	7.688	5.041	12.729
5ª série completa do Ensino Fundamental	3.401	1.030	4.431	3.318	946	4.264
9ª série incompleta do Ensino Fundamental	7.344	2.103	9.447	7.397	2.129	9.526
Ensino Fundamental completo	11.485	4.804	16.289	11.755	4.789	16.544
Ensino Médio incompleto	10.294	4.104	14.398	10.349	4.019	14.368
Ensino Médio completo	78.921	60.233	139.154	85.425	64.073	149.498
Superior incompleto	2.947	3.636	6.583	3.222	3.781	7.003
Superior completo	22.457	38.288	60.745	24.315	42.212	66.527
Total	145.083	119.147	264.230	154.359	127.115	281.474

Fonte: RAIS - Dec. 76.900/75
Elaboração: CGCIPE/DER/SPPE/MTb.

¹⁸ A Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) tem por objetivo o suprimento às necessidades de controle da atividade trabalhista no país, para identificação dos trabalhadores com direito ao recebimento do Abono Salarial. Outras funções são o provimento de dados para a elaboração de estatísticas do trabalho e a disponibilização de informações do mercado de trabalho às entidades governamentais. Fonte: <http://trabalho.gov.br/rais>

Nesta tabela é possível notar que, em relação à ocupação do mercado de trabalho, o estado do Tocantins não anda na contramão do que ocorre em nível nacional e mundial que, como no restante do país os homens são maioria ocupando os postos de emprego em quase todos os níveis de ensino

É possível notar que apenas no nível superior (seja o superior completo ou incompleto) as mulheres ocupam a maior parte do número de empregos formais gerados tanto em 2016 quanto em 2017. As vagas ocupadas por mulheres em 2016 eram de 38.266 passando para 42.212 em 2017, um crescimento de pouco mais de 10% em um ano.

A próxima tabela aborda a remuneração média dos tocantinenses especificada por sexo no mês de dezembro de 2016 e dezembro de 2017. Em contraste com a tabela anterior, pode-se observar que apesar de as mulheres serem a grande maioria no mercado de trabalho quando se leva em conta o nível superior de ensino, elas recebem valores médios inferiores aos dos homens com o mesmo nível de ensino.

Enquanto em dezembro de 2016 um homem, com ensino superior completo recebeu a média de R\$ 6.860,55, em dezembro do mesmo ano uma mulher com ensino superior completo ganhou uma média R\$ 4.585,06. A diferença persiste em 2017. Esse dado torna claro que o problema não é apenas a menor quantidade de mulheres no mercado de trabalho, mas também a discrepância entre os salários de homens e mulheres com o mesmo nível de ensino.

Uma vez que esta informação foi retirada de um documento elaborado pelo governo do estado do Tocantins, é notável que há o conhecimento, por parte do poder público, sobre a atual situação da mulher tocantinense no mercado de trabalho no Estado. E se esta situação permanece assim é sinal de que falta uma contrapartida do poder público para resolução deste problema.

Tabela 2 – Remuneração média de dezembro

Grau de Instrução	2016			2017			Var. Relativa (%)		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
Analfabeto	1.267,06	1.023,68	1.238,34	1.310,36	1.051,49	1.278,68	3,42	2,72	3,26
5ª série incompleta do Ensino Fundamental	1.397,43	1.111,07	1.282,17	1.429,51	1.127,38	1.308,94	2,30	1,47	2,09
5ª série completa do Ensino Fundamental	1.571,61	1.161,37	1.476,97	1.640,63	1.150,32	1.531,51	4,39	-0,95	3,69
9ª série incompleta do Ensino Fundamental	1.674,20	1.173,54	1.562,53	1.669,09	1.180,23	1.559,34	-0,31	0,57	-0,20
Ensino Fundamental completo	1.707,72	1.242,37	1.570,36	1.758,67	1.259,43	1.613,31	2,98	1,37	2,74
Ensino Médio incompleto	1.523,85	1.159,47	1.419,82	1.564,23	1.180,76	1.456,52	2,65	1,84	2,58
Ensino Médio completo	2.266,67	1.782,21	2.056,64	2.374,61	1.803,35	2.129,76	4,76	1,19	3,56
Superior incompleto	2.791,92	2.097,89	2.408,91	2.664,62	1.980,75	2.295,12	-4,56	-5,58	-4,72
Superior completo	6.860,55	4.585,06	5.426,49	7.114,12	4.734,00	5.604,05	3,70	3,25	3,27
Total	2.790,76	2.596,83	2.703,26	2.918,59	2.690,24	2.815,44	4,58	3,60	4,15

Fonte: RAIS - Dec. 76.900/75

Elaboração: CGCIPE/DER/SPPE/MTb.

Os dados acerca do mercado de trabalho feminino no estado do Tocantins são relativamente poucos, porém deixam evidente que há disparidade entre homens e mulheres no Estado.

4.2. Dados do Acessuas no Tocantins

Para a coleta de dados acerca do Acessuas Trabalho em Palmas foi feito o contato com Secretaria de Desenvolvimento Social de Palmas, por meio da Secretaria e Transparência e Controle Interno de Palmas no dia 08 de janeiro de 2019.

Neste contato foi realizada a solicitação dos dados do programa Acessuas referente ao ano de 2017. Foram solicitados o número total de pessoas inscritas nos cursos de capacitação profissional, o número de concluintes, a quantidade de cursos ofertados, além da especificação por gênero da quantidade de pessoas inscritas e concluintes.

Foi obtida a seguinte resposta da Secretaria de Transparência e Controle de Palmas no dia 22 de janeiro de 2019.

Pelo presente, gostaríamos de esclarecer a reclamante Eduarda Cardoso do Nascimento junto à ocorrência nº 201901081937 – OUV a qual solicita informações sobre cursos pelo Programa Acessuas no ano de 2017. Informamos que foram feitas buscas por informações,

mas infelizmente a nova equipe do Acessuas não encontrou arquivos e dados para responder aos questionamentos de forma plausível. Salientamos ainda, que os cursos foram administrados por uma equipe a qual não se encontra mais na prefeitura. Sendo assim não temos elementos suficientes para oferecer uma resposta conclusiva.

Felipe Barbosa Coelho

Diretor de Proteção Social Básica

Esta resposta deixa claro que muitas vezes os órgãos públicos não fazem o devido acompanhamento e coleta de dados das políticas e programas implantados. Uma vez faltando dados que permitam conhecer a realidade do alcance do programa se torna difícil até mesmo avaliar sua eficiência e eficácia.

Há aqui um evidente problema, pois é necessário primeiramente saber onde foram parar os documentos solicitados que contêm as informações solicitadas. Segundo uma política pública não deve ser ligada a uma pessoa ou equipe, que após ser desmontada, os dados públicos somem com ela. É necessário que haja rigor, compromisso e acompanhamento das políticas e programas públicos.

Os documentos aqui solicitados deviam estar atrelados a própria Secretaria de Desenvolvimento Social, do município de Palmas, e ao seu banco de dados.

Deste modo fica aqui o questionamento: Como informações de políticas e programas públicos podem desaparecer e isso ser relatado por um órgão público de forma tão natural? Quem, nesse caso, responde por essa política?

Uma vez que a Secretaria de Desenvolvimento Social, de Palmas/TO, não apresentou os dados solicitados, a mesma solicitação também foi encaminhada a Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação, de Araguaína, por meio da Ouvidoria Municipal de Araguaína. A solicitação foi realizada no dia 03 de fevereiro de 2019, através do Portal e-Sic.

A resposta foi obtida no dia 13 de fevereiro de 2019 e traz dados acerca do programa Acessuas Trabalho e sua execução, desde 2012, em Araguaína, e que se tornou ainda mais fortalecido a partir de 2017.

Apesar de o programa estar em execução, em Araguaína, desde 2012, os dados apresentados na tabela a seguir trazem informações referentes ao Acessuas, em Araguaína, referente ao período de 2013 a 2017.

Tabela 3 – Quantitativo de atendimento entre os anos de 2013 a 2017

	Atividades	*Quantidade de pessoas atendidas
1	Palestras e Capacitação sobre o mundo do trabalho	14.783
2	Oficinas de articulação profissional	10.356
3	Reuniões com lideranças comunitárias/ movimentos sociais/ organizações sociais	2.432
4	Visitas aos domicílios do público potencial	3.262
5	Visita domiciliar aos beneficiários do Benefício de Prestação Continua (BPC)	110
6	Orientações Individualizadas referentes ao Micro Empreendedor Individual	50

FONTE: Elaboração Própria

Ainda segundo as informações fornecidas pela Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação, de Araguaína, no ano de 2018 foram realizados mais de 200 atendimentos em Araguaína e cerca de 200 usuários foram encaminhados diretamente a oportunidades de qualificação profissional, promovidos devido a parcerias firmadas entre a Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação, de Araguaína.

Quanto às características de gênero do público atendido em Araguaína, os dados fornecidos apontam que 70% do público é formado por mulheres, que elas são assíduas nas aulas e que apesar de muitas dessas mulheres não estarem no mercado de trabalho formal, estão sempre em busca de capacitação profissional, para aumentarem suas chances de conseguir um emprego.

4.3 Dados do Pronatec no Tocantins

Para a obtenção dos resultados a seguir foram analisados dados disponibilizados pelo governo federal no Portal de Dados Aberto do Ministério da Educação¹⁹. De acordo com os dados coletados no Portal, no ano de 2016 (até a data

¹⁹ Concluintes na Rede Federal EPCT. Disponível em:
<http://dadosabertos.mec.gov.br/pronatec/item/52-concluintes-2016>

deste estudo no Portal de Dados Aberto do Ministério da Educação os dados mais recentes eram os de 2016) mais de 17 mil pessoas, na região norte, concluíram cursos de educação profissional e tecnológica ofertados pelo Pronatec, na Rede Federal EPCT. No estado Tocantins, desse total de mais de 17 mil pessoas, no ano 2016, foram 3.181 (três mil cento e oitenta e um) concluintes.

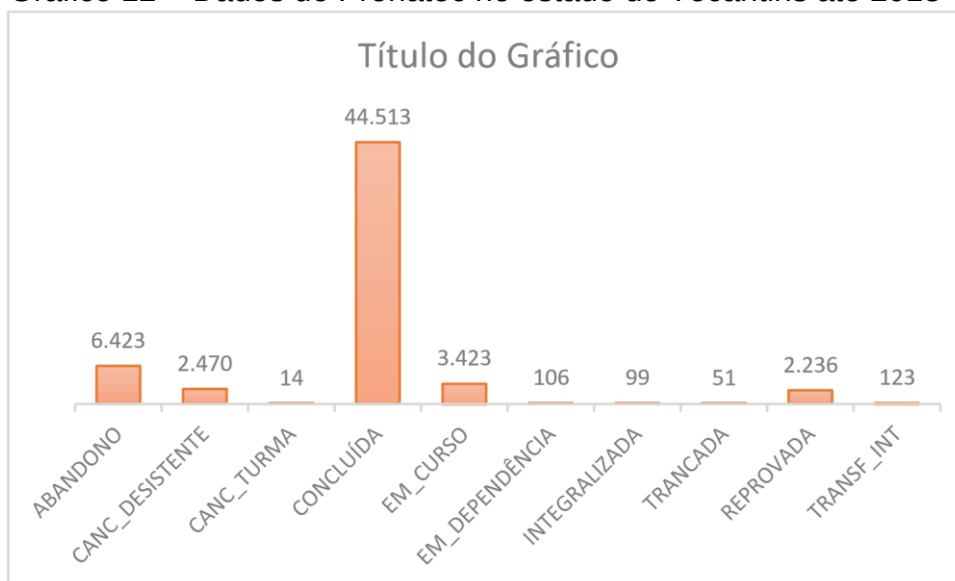
O Portal de Dados Aberto do Ministério da Educação não disponibiliza o percentual de pessoas do sexo masculino ou feminino que concluíram os cursos do Pronatec. Em seu portal de dados aberto, o estado do Tocantins não disponibiliza informações sobre a aplicação do Pronatec no estado. Apesar disso, dados acerca da participação das mulheres no Pronatec foram solicitados diretamente ao MEC, por meio de solicitação realizada no dia 05 de janeiro de 2019, e respondida no dia 01 de fevereiro de 2019.

As informações demonstradas no gráfico 12 foram extraídas dos dados fornecidos pelo MEC, que enviou dados correspondentes a um apanhado geral do Pronatec no estado do Tocantins, desde sua implantação em 2012 até o ano de 2018. O gráfico trata exclusivamente do total de mulheres que foram atendidas pelo programa no estado do Tocantins, entre o período já citado. Nele podemos ver importantes informações sobre o público feminino atendido pelo Pronatec no estado.

O montante de mulheres atendidas entre os anos de 2012 e 2018 é de 59.458 mulheres, das quais 44.513 concluíram os cursos ofertados pelo Pronatec até 2018.

Observando a quantidade de mulheres concluintes nota-se que o número de cancelamentos, desistências e trancamentos é relativamente baixo. Extraído do somatório total, o número de evasão, por qualquer um dos motivos relacionados no gráfico, equivale a 14.945.

Gráfico 12 – Dados do Pronatec no estado do Tocantins até 2018



FONTE: Elaboração própria

É justo afirmar que o aproveitamento dos cursos é bastante satisfatório, devido à dimensão do Programa, e até à estrutura socioeconômica do estado do Tocantins.

Dos dados fornecidos é sentida a falta de dados que mostrem o acompanhamento da inserção dessas mulheres no mercado de trabalho.

4.4 Dados do Sine no Tocantins

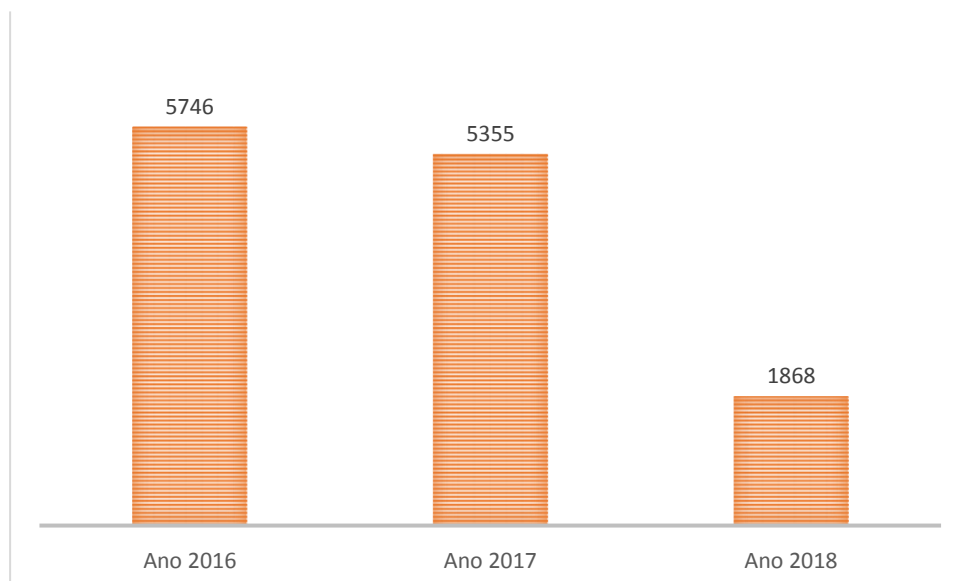
De acordo com os dados disponibilizados pela Secretaria do Trabalho e Assistência Social²⁰, através da Controladoria Geral do Estado, entre janeiro de 2016 e abril de 2018 o Sine já havia inserido no mercado de trabalho 12.969 trabalhadores. Sendo 5.746 (cinco mil setecentos e quarenta e seis) em 2016, 5.355 (cinco mil trezentos e cinquenta e cinco) em 2017 nos 9 polos do Sine Tocantins: (Gurupi, Dianópolis, Porto Nacional, Palmas, Taquaralto, Paraíso, Guaraí, Araguaína e Araguatins)

Para o ano de 2018 a meta do Sine Tocantins era atingir a marca de 24.000 (vinte e quatro mil) trabalhadores com carteira assinada por intermédio do Sine. No

²⁰ Acompanhamento da Execução Orçamentária. Controladoria Geral do Estado. Secretaria do Trabalho e Assistência Social http://www.gestao.cge.to.gov.br/ppageral/ai_menu/

primeiro quadrimestre do ano foi alcançada 7,7 % da meta, o que equivale ao total de 1.868 (mil oitocentos e sessenta e oito) trabalhadores formais que ingressaram no mercado de trabalho por meio do Sine. O gráfico a seguir ilustra estes dados.

Gráfico 13 – Trabalhadores inserido no mercado de trabalho tocaninense através do Sine

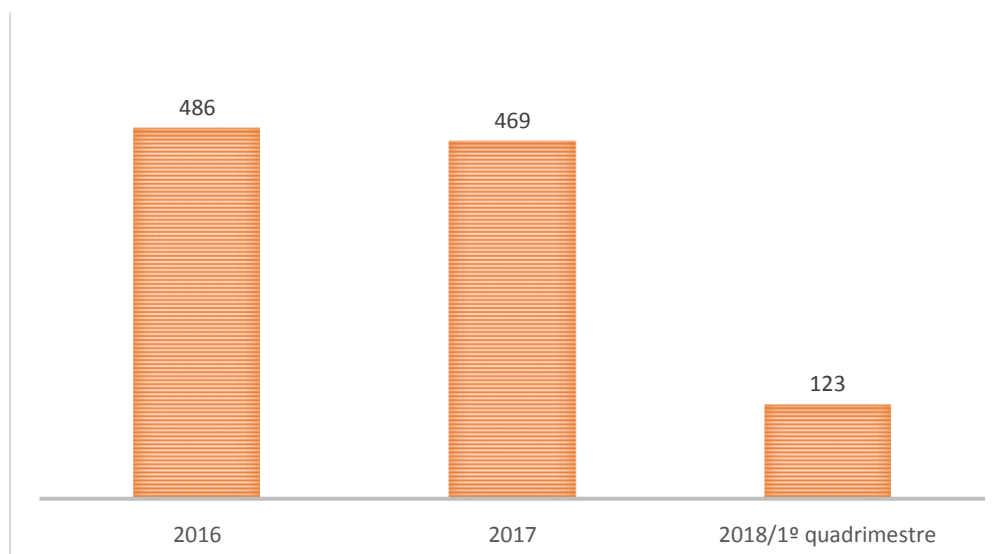


FONTE: Elaboração própria

Ainda de acordo com os dados disponibilizados pela mesma fonte, o Sine tinha como meta recolocar no mercado de trabalho, até o final de 2018, 1.440 trabalhadores segurados.

Entre o período de janeiro de 2016 e abril de 2018 o Sine reinseriu no mercado de trabalho tocaninense 1.078 trabalhadores segurados, sendo que foram 486 em 2016 e 469 em 2017. No primeiro quadrimestre de 2018 foram reinseridos 123 trabalhadores. O gráfico a seguir ilustra estes dados.

Gráfico 14 – Trabalhadores recolocados no mercado de trabalho tocantinense através do Sine



FONTE: Elaboração própria

A princípio a meta era de 1028 passando a ser de 1440, devido ao aumento de demissões que ocorreu em 2017. No levantamento é apontado que o atual cenário de recessão, baixos salários e desemprego tem dificultado a inserção desses trabalhadores segurados no mercado de trabalho, o que torna obrigatório “comparecer em uma entrevista de emprego ou um curso de qualificação, tendo em vista que o benefício do seguro desemprego é temporário, o que facilita o encaminhamento do trabalhador para uma oportunidade de emprego” (ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, 2018).

Os dados disponíveis no acompanhamento da Execução Orçamentária, disponibilizados pela Controladoria Geral do estado não informam o percentual de trabalhadores, inseridos no mercado de trabalho, por sexo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É perceptível que as políticas e programas de inserção e capacitação para o mercado de trabalho estão em funcionamento, todavia também é possível observar que as mesmas ainda precisam que haja mais aprimoramento no acompanhamento de seus resultados finais. Ficou evidente a falta de dados que demonstrem como o mercado de trabalho está absorvendo essas mulheres que passaram por alguma dessas políticas ou programas públicos.

Com base nos dados fornecidos para os três programas apresentados neste trabalho não é possível identificar com precisão a sua importância para a inclusão das pessoas no mercado de trabalho, o que torna ainda mais difícil medir a sua importância para a inclusão de mulheres no mercado de trabalho. Apesar disso é imprescindível a importância desses programas sociais para a capacitação de pessoas em situação de vulnerabilidade financeira.

Algumas das fontes de dados abertos sobre estes programas contam com poucas informações a respeito dos mesmos, e não dispõem de informações acerca de gênero ou um acompanhamento do ingresso das pessoas no mercado de trabalho. O fato de algumas destas fontes não disponibilizarem estes dados enquanto outras fontes disponibilizam, demonstra a necessidade de maior padronização e acompanhamento dos resultados das políticas e programas públicos.

Essa falha de acompanhamento é vista tanto nos dados relacionados ao estado do Tocantins, obtidos sobre o Pronatec, quanto nos dados obtidos sobre o Acessuas Trabalho, isso com relação aos dados solicitados aos órgãos estaduais. O programa de Intermediação de mão-de-obra realizado pelo Sine, relacionado aos Sine Tocantins, disponibiliza uma boa base de dados para o conhecimento das metas projetadas e que foi alcançado com relação ao ingresso de pessoas no mercado de trabalho, mas não oferece uma classificação por gênero e não disponibiliza informações referente aos cursos profissionalizantes ofertados pelo Sine.

Entendo que não seja um objetivo destes programas promover o empoderamento e autonomia feminina, contudo, ignorar a existência de um marcador de gênero – em especial em um momento em que tanto se fala de empoderamento

feminino e que ao mesmo tempo vê-se um aumento da violência contra a mulher – é um tanto inaceitável.

Fica clara a necessidade de se identificar nas políticas públicas os aspectos relacionados a homens e mulheres, para que assim se possa ser feito um apontamento adequado dos problemas de gênero vividos na sociedade atual e, além disso, promover soluções. Se faz necessário que se olhe mais atentamente para os problemas da desigualdade de gênero.

Apesar de não demonstrar a relação entre políticas de capacitação profissional e acesso a renda com o empoderamento feminino, este estudo demonstrou claramente a importância da independência financeira para a emancipação da mulher em nossa sociedade.

Este trabalho também evidenciou os números do mercado de trabalho feminino e como estes números tem crescido positivamente ao longo das décadas. Apontou a clara busca das mulheres por mais capacitação e preparação para o mercado de trabalho. E tornou evidente que as mulheres estão, aos poucos, conquistando espaço, e não apenas conquistando, mas também adicionando importantes características que modulam o mercado de trabalho para que este se torne cada vez mais um ambiente menos hostil para as mulheres.

BIBLIOGRAFIA

ACESSUAS trabalho: orientações técnicas. Programa Nacional de Promoção do Acesso do Mundo do Trabalho. -- Brasília, DF: MDSA, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2017.

Acompanhamento da Execução Orçamentária. Controladoria Geral do Estado. Secretaria do Trabalho e Assistência Social. Disponível em <http://www.gestao.cge.to.gov.br/ppageral/ai_menu/> Acesso em 10 de janeiro de 2019.

AGUILLAR, M.J. e ANDER-EGG, E. (1994), Avaliação de serviços e programas sociais. Petrópolis, RJ: Vozes

ALBORNOZ, Suzana. O que é trabalho. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.

ARRETCHE, Marta T. S. Tendências no estudo sobre avaliação. IN: Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate. [Org. Elizabeth Melo Rico] 2 ed. São Paulo: Cortez: Instituto de Estudos Espaciais, 1999

BARBOSA, ANA LUIZA NEVES DE HOLANDA. E COSTA, JOANA SIMÕES DE MELO. (2017), Oferta De Creche E Participação Das Mulheres No Mercado De Trabalho No Brasil. IN: Mercado de trabalho: conjuntura e análise / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Ministério do Trabalho. Brasília: Ipea: Ministério do Trabalho, 2017.

Berlinck, Manoel Tosta, algumas percepções sobre a mudança do papel ocupacional da mulher, cidade de São Paulo, São Paulo 1964, mimeografado

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres do Governo Federal. Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho (CESIT). CADERNOS DE

FORMAÇÃO Mulheres: mundo do trabalho e autonomia econômica Caderno 3 As mulheres e o mercado de trabalho. 2017.

Cadastro Único. Secretaria Especial do Desenvolvimento Social. Disponível em <<http://mds.gov.br/assuntos/cadastro-unico/o-que-e-e-para-que-serve>> Acesso em 23 de janeiro de 2019.

CERBASI, Gustavo. O valor de uma mãe em casa. Disponível em <<http://epoca.globo.com/economia/gustavo-cerbasi/noticia/2017/07/o-valor-de-umamae-em-casa.html>> Acesso em 28 de dezembro de 2017

COHEN, E. e FRANCO, R. (1993), Avaliação de projetos sociais. Petrópolis, RJ: Vozes

Concluintes PRONATEC 2016. Disponível em <<http://dadosabertos.mec.gov.br/pronatec/item/52-concluintes-2016>>. Acesso em 18 de dezembro de 2018.

Cursos de Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/cursos-da-ept>>. Acesso em 18 de dezembro de 2018.

Dicionário da Língua Portuguesa. Porto Editora. Dicionário digital. Disponível em <https://play.google.com/store/apps/details?id=pt.portoeditora.android.dicionario.lingua_portuguesa>

DONAGGIO, Angela e MIDORI, Fabiane O Valor de uma Mulher no Mercado de Trabalho. Disponível em: <<http://epoca.globo.com/economia/noticia/2017/07/o-valorde-uma-mulher-no-mercado-de-trabalho.html>> Acesso em 28 de dezembro de 2017

Educa Mais Brasil. Tudo sobre o PRONATEC. Disponível em <<https://www.educamaisbrasil.com.br/pronatec>> Acesso em 10 de janeiro de 2019.

Empoderamento feminino, Site Significado. Disponível em <<https://www.significados.com.br/empoderamento-feminino/>>. Acesso em 30 de novembro de 2018.

FALS BORDA, Orlando. Aspectos teóricos da pesquisa participante: considerações sobre o papel da ciência na participação popular. In: BRANDÃO, C. R. (Org.). Pesquisa participante. São Paulo: Brasiliense, 1983.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa. 2ª ed. 18. Impressão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FIGUEIREDO, Marocso Faria & FIGUEIREDO, Argelina Maria Cheibub. “Avaliação política e avaliação de políticas: um quadro de referência teórica”, in: Texto IDESP, n. 15, São Paulo 1986, mimeo.

GIL, Antonio Carlos Métodos e técnicas de pesquisa social / Antonio Carlos Gil. - 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008

HEFFEL, Carla Kristiane Michel et al. A CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA FEMININA: O empoderamento pelo capital social. Disponível em <http://www.editorarealize.com.br/revistas/conages/trabalhos/TRABALHO_EV053_MD1_SA8_ID1895_11052016133624.pdf> Acesso em 23 de janeiro de 2019.

IBGE. Pesquisa Mensal de Emprego – PME 2010. Disponível em ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Mensal_de_Emprego/Estudos/Mulher_Mercado_Trabalho_Perg_Resp.pdf> Acesso em 23 de janeiro de 2019.

IBGE. Pesquisa Mensal de Emprego - PME. 2015. Disponível em <ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Mensal_de_Emprego/Evolucao_Mercado_Trabalho/retrospectiva2003_2015.pdf>. Acesso em 23 de janeiro de 2019.

KHANDKER, Shanhidur R.; KOOLWZAL, Gayatri B.; SAMAD, Hussain A. Handbook on impact evaluation: quantitative methods and practices. Washington, DC: The World Bank, 2010.

KOMETANI, Pâmela. Catho: “Mulheres ganham menos do que os homens em todos os cargos”, *G1* diz pesquisa. Disponível em:

<<http://g1.globo.com/economia/concursos-e-emprego/noticia/mulheres-ganhammenos-do-que-os-homens-em-todos-os-cargos-diz-pesquisa.ghtml>>. Acesso em: 18 maio 2017

LEI Nº 7.998, DE 11 DE JANEIRO DE 1990. Presidência da República Casa Civil.

Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7998.htm> Acesso em 08 de janeiro de 2019.

LEÓN, Magdalena de (2001). “El empoderamiento de las mujeres: Encuentro del primer y tercer mundos en los estudios de género”. *La Ventana*, no. 13, pp.94 106.

Disponível em <http://148.202.18.157/sitios/publicacionesite/pperiod/laventan/Ventana13/ventana13-4.pdf>> Acesso em 23 de janeiro de 2019.

BANDEIRA, Lourdes. Fortalecimento da Secretaria Especial de política para as mulheres: avançar na transversalidade da perspectiva de gênero nas políticas públicas. Brasília: CEPAL, SPM, janeiro de 2005.

MANUAL DE FRASCATI 2002: Méthode type proposée pour les enquêtes sur la recherche et le développement expérimental. OCDE. 2002.

MINISTERIO DA EDUCAÇÃO. DADOS ABERTOS. PRONATEC. Disponível em <http://dadosabertos.mec.gov.br/pronatec>>. Acesso em 18 de dezembro de 2018.

MINISTÉRIO DO TRABALHO, Relação Anual de Informações Sociais, Características do Emprego Formal – RAIS 2014, Tocantins. Disponível em: <<http://portalfat.mte.gov.br/wp-content/uploads/2016/02/RAIS-2014-TO.pdf>> Acesso em 19 de julho de 2017.

Mulheres se capacitam para atuar em áreas dominados pelos homens. Disponível em <<http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2013/11/mulheres-se-capacitam-paraatuar-em-areas-dominadas-pelos-homens.html>> Acesso em 28 de dezembro de 2017

OIT – Organização Internacional Do Trabalho. Women at work: trends 2016. Geneva: ILO, 2016.

Orçamento da Rede Federal de EPCT. Disponível <<http://dadosabertos.mec.gov.br/pronatec/item/59-orcamento-redefederal-2016>> Acesso em 18 de dezembro de 2018

PORTAL DO FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR. Ministério do Trabalho. Sistema Nacional de Emprego – SINE. Disponível em <<http://portalfat.mte.gov.br/programas-e-acoas-2/sistema-nacional-de-empregosine/>> Acesso em 08 de janeiro de 2019.

PRODANOV, Cleber Cristiano. Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico] : métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico / Cleber Cristiano Prodanov, Ernani Cesar de Freitas. – 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

Programa de transferência de renda. Disponível em <<http://www2.maringa.pr.gov.br/sasc/?cod=cadastro-unico/3>>. Acesso em 18 de dezembro de 2018

Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico (PRONATEC). Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/sinaes/190-secretarias-112877938/setec->

1749372213/30931-programa-nacional-de-acesso-ao-ensino-tecnico-e-emprego>
Acesso em 18 de Dezembro de 2018.

RAIZ Tocantins 2016/2017. Disponível em
<<ftp://ftp.mtps.gov.br/pdet/rais/2017/estaduais/TO.xls>>. Acesso em 18 de dezembro
de 2018.

RICHARDSON, Roberto Jarry (et al). Pesquisa social: métodos e técnicas. São Paulo:
Atlas, 1999.

RUA, Maria das Graças. Políticas Públicas. Florianópolis: Departamento de Ciências
da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2009

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. A Mulher na Sociedade de Classes: mito e
realidade; prefácio de Antônio Cândido de Mello & Souza. Petrópolis, Vozes, 1976.

SAFFIOTI, Heleieth. A Mulher na Sociedade de Classes. Mito e realidade. 3ª edição.
Editora Expressão Popular. São Paulo, 2013.

Sistema Mais Emprego. Disponível em < <http://mds.gov.br/assuntos/brasil-sem-miseria/inclusao-produtiva-urbana-1/intermediacao-de-mao-de-obra/portal-maisemprego>> Acesso em 08 de janeiro de 2019.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánches. Filosofia da praxis. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra,
1977

WOLECK, Aimoré. O TRABALHO, A OCUPAÇÃO E O EMPREGO: Uma
Perspectiva Histórica. Disponível em <
<http://www.iesc.ufrj.br/cursos/saudetrab/trabalho%20ocupa%E7%E3o.pdf>> Acesso
em 28 de dezembro de 2017

ANEXO A OUVIDORIA – CADASTRO MANIFESTAÇÃO

24/01/2019

Ouvidoria | Cadastro Manifestação



PREFEITURA DE PALMAS SECRETARIA DE TRANSPARÊNCIA E CONTROLE INTERNO

Andamento da Solicitação

Acompanhe aqui o andamento da sua solicitação

Situação:

Resposta publicada

Protocolo:

2019010819137

Data da Manifestação:

8 de Janeiro de 2019 às 09:46

Encaminhado para Órgão Responsável:

Secretaria de Desenvolvimento Social

Prazo de Resposta: 23/01/2019 09:46

Manifestação:

Olá, Gostaria de saber quantas pessoas se inscreveram para os cursos do Acessuas Trabalho, ofertado na rede CRAS de Palmas, no ano de 2017. Além disso gostaria de saber quantos concluíram, além de quantos eram do sexo feminino e quantos eram do sexo masculino.

Resposta 1

Respondido dia 22 de Janeiro de 2019 às 17:00

Segue resposta anexa.

Anexos:

Movimentações

Data	Situação	Usuário
8 de Janeiro de 2019 às 09:46	Aberta	Eduarda Cardoso do Nascimento
8 de Janeiro de 2019 às 11:14	Em atendimento	MARIA VENUZ BANDEIRA
8 de Janeiro de 2019 às 11:14	Encaminhado p/ Órgão resp.	MARIA VENUZ BANDEIRA
22 de Janeiro de 2019 às 17:00	Respondido e aguardando publicação	EVA LEANDRA LIMA DA SILVA FIGUEIRE
22 de Janeiro de 2019 às 17:08	Resposta publicada	DEOLINDINA MENDES MONTEIRO

Processando

<http://ouvidoria.palmas.to.gov.br/sic/solicitacao/andamento/2019010819137/9b6eada22e6ebcbe6c62d4bedb24f7e37a5e7758/>

1/1

ANEXO B RESPOSTA À OCORRÊNCIA Nº 201901081 OUV

 PREFEITURA PALMAS ALEGRIA DE VER ACONTECER	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social	Diretoria de Proteção Básica
Palmas, 22 de Janeiro de 2019.		
MEMO Nº 12/2019		
DE: Diretoria de Proteção Social Básica - DPSB		
PARA: Ouvidoria		
ASSUNTO: Resposta à ocorrência nº 201901081937- OUV		
Pelo presente, Gostaríamos de esclarecer a reclamante Eduarda Cardoso do Nascimento junto à ocorrência nº 201901081937- OUV a qual solicita informações sobre cursos ofertados pelo Programa Acessuas no ano de 2017. Informamos que foram feitas buscas por informações, mas infelizmente a nova equipe do Acessuas não encontrou arquivos e dados para responder os questionamentos de forma plausível. Salientamos ainda, que os cursos foram administrados por uma equipe a qual não se encontra mais na prefeitura. Sendo assim não temos elementos suficientes para oferecer uma resposta conclusiva.		
Felipe Barbosa Coelho Diretor de Proteção Social Básica  Felipe B. Coelho Diretor de Proteção Social Básica Mat.: 324611		

ANEXO C RESPOSTA SIC 2019001602



OFÍCIO Nº 043/2019/SEMASTH.

Araguaína - TO, 08 de fevereiro de 2019.

A Sua Senhoria a Senhora
EDUARDA CARDOSO DO NASCIMENTO
Processo nº 2019001602
Ouvidoria Municipal de Araguaína.

Assunto: **Resposta referente à Solicitação de Informações sobre o Programa ACESSUAS Trabalho.**

Prezada Senhora,

Considerando o recebimento do **Ofício nº 071/2018** encaminhado com a solicitação de Vossa Senhoria, no qual solicita informações sobre o Programa ACESSUAS Trabalho, tais como: desde quando o Programa está em funcionamento em Araguaína; quantitativo de pessoas já atendidas; quantitativo de atendimentos em 2017; quantitativo de atendimentos em 2017 do sexo masculino e do sexo feminino, entre outras.

Encaminhamos anexo as informações requeridas a fim de cumprir o solicitado, com uma linguagem de fácil entendimento e de uma forma que apresente o principal objetivo do Programa.

Sendo o que tínhamos a informar, desde já agradecemos e nos colocamos à disposição para maiores esclarecimentos.

Atenciosamente,

Fernanda Ribeiro Barbosa
Secretária Municipal da Assistência Social, Trabalho e Habitação
Portaria 361, de 24/04/2017

PROGRAMA ACESSUAS TRABALHO

1. Sobre o Programa:

O Programa Acessuas Trabalho (Programa de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho), instituído pela resolução do CNAS (Conselho Nacional de Assistência Social) de nº 18, de 24 de maio de 2012.

No município o Programa atuava em consonância as metas do PRONATEC, no entanto com a **resolução CNAS nº 25/2016 – alterou** a de nº 18, definindo novo desenho e traçando novas metas. Desde então, o Programa Acessuas Trabalho desvinculado do Pronatec, passa a ser gerenciado com autonomia para o público em situação de vulnerabilidade e/ou de risco social.

2. Objetivos:

Dentre os nossos objetivos podemos destacar:

- Orientar os usuários sobre questões relacionadas ao mundo do trabalho;
- Promover atividades que possibilitem aos usuários reconhecer suas potencialidades;
- Viabilizar o acesso dos usuários atendidos a direitos e serviços;
- Acompanhar a trajetória do usuário no mundo do trabalho.

3. No município:

O município de Araguaína assinou o termo de aceite disposto pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário no ano de 2012, passando a seguir as orientações do caderno de orientações técnicas; o mesmo se fortaleceu ainda mais, a partir de 2017.

Seguindo as normativas do MDS, o Programa Acessuas Trabalho faz parte da Proteção Básica, e atua em conjunto com os serviços da Diretoria de Políticas Públicas garantindo a efetivação do acesso com equidade de oportunidades.

4. Na Prática:

O Programa tem como público de suas ações, a população urbana e/ou rural, em situação de vulnerabilidade e/ou risco social, com idade de 14 a 59 anos, de ambos os sexos, e que estejam cadastradas no CadÚnico (governo federal) e que participem das atividades do CRAS (Centro de Referência da Assistência Social).

A equipe do Programa promove constantemente espaços de reflexão, conscientização e discussão sobre temas relacionados ao mundo do trabalho:

Oficinas de Articulação Profissional - São trabalhados temas diversos como: Comunicação, trabalho em equipe, liderança, criatividade, comprometimento, construção de currículos, entrevistas de emprego, empreendedorismo, e visitas técnicas como práticas de novas experiências.

Além desse trabalho, o Programa tem uma articulação constante com outros órgãos, para que sejam realizados frequentemente encaminhamento dos usuários atendidos e acompanhados a ofertas de qualificação profissional.

As Oficinas possuem carga horária de até 12 horas com encontros semanais.

5. Qualificação Profissional e Inclusão Produtiva no SUAS:

A promoção da integração ao mundo do trabalho é objetivo da política pública da assistência social e se dá por meio de um **conjunto integrado de ações de diversas políticas**, cabendo à assistência social **ofertar ações de proteção social** que viabilizem a mobilização social, a promoção do protagonismo, a participação cidadã, e a mediação do acesso ao mundo do trabalho.

Dessa forma o SUAS não atua diretamente na qualificação profissional e inclusão produtiva, mas sim na **mobilização, preparação, encaminhamento e acompanhamento de seus usuários** para que possam participar de **forma qualificada** das oportunidades presentes no território.

Neste sentido, a equipe do Programa Acessuas Trabalho com o objetivo de garantir a permanência dos seus usuários e a qualidade dos serviços realiza

constantemente visitas domiciliares, visitas as turmas que são formadas a partir do mapeamento das áreas atendidas, assim como encaminhamento deste usuário para outro serviço da rede pública (quando identificado).

Em relação às ofertas das vagas para o mercado de trabalho seguem-se as orientações do SINE, além de serem incentivados a buscar outras formas de acesso, como cadastros em instituições como: Renapsi, CIEE, IEL e outras, porém o Programa Acessuas Trabalho **não realiza** encaminhamento para empresas, processos seletivos e afins.

Acreditamos que esta busca para uma posição no mercado de trabalho deve partir do desejo individual, motivada pela mudança de atitude e desejos de conquistar novos desafios.

6. Quantitativo de Atendimentos:

No que corresponde aos anos entre **2013 a 2017** segue o quantitativo de pessoas atendidas, referente à proposta de atuação do Programa:

	ATIVIDADE	*QUANTIDADE DE PESSOAS ATENDIDAS
1.	Palestras e Capacitações sobre o mundo do trabalho	14.783
2.	Oficinas de Articulação Profissional	10.356
3.	Reuniões com lideranças comunitárias/ movimentos sociais/ organizações sociais	2.432
4.	Visita aos domicílios do público potencial	3.262
5.	Visita domiciliar aos beneficiários do BPC (Benefício de Prestação Continuada)	110
6.	Orientações individualizadas referente ao Microempreendedor Individual	50

*pessoas atendidas nos últimos 05 anos;

No ano de 2018 foram realizados mais de **200** atendimentos ao longo do ano. E cerca de 200 usuários foram encaminhados diretamente para oportunidades de qualificação promovidas entre a parceria firmada pela

Secretaria Municipal da Assistência Social Trabalho e Habitação e outros órgãos como Sistema S, Centro de Geração de Renda e outros institutos, sendo oferecidos de forma gratuita.

No que se relaciona ao perfil do público do Programa Acessuas Trabalho no município de Araguaína, podemos destacar que embora haja espaço para ambos os sexos, as mulheres representam 70% do público; estão sempre em busca de uma oportunidade, realizam cursos, participam das atividades em grupo e visitas; são assíduas e embora não estejam no mercado formal, são incentivadas ao empreendedorismo, como fonte de geração de renda; participam ativamente da Feira do Trabalho (projeto desenvolvido pela Diretoria de Políticas Públicas) e de outras oportunidades para expor e comercializar seus produtos, sempre com direcionamento e acompanhamento da equipe técnica, desta forma elas tornam-se fortalecidas e seguras para a busca da sua autonomia.

7. Localização:

O Programa Acessuas Trabalho está localizado na: Rua Paulino Pereira Roma Qd. 87 Lt. 42 n° 1340 – Setor Jardim das Palmeiras do Norte. Telefone: 63 3415-1696 / 99973-9728 / acessuasaraguaina@gmail.com. Atendemos de segunda a sexta das 08h às 12h e das 14h às 18h.

ANEXO D – PEDIDO RESPONDIDO À OCORRENCIA 23480.000277/2019-09

Dados do Pedido

Protocolo	23480000277201909
Solicitante	Eduarda Cardoso Nascimento
Data de Abertura	05/01/2019 22:30
Orgão Superior Destinatário	MEC – Ministério da Educação
Orgão Vinculado Destinatário	
Prazo de Atendimento	07/02/2019
Situação	Respondido
Status da Situação	Acesso Concedido (Resposta solicitada inserida no e-SIC)
Forma de Recebimento da Resposta	Pelo sistema (com avisos por email)
Resumo	Percentual de mulheres concluintes de cursos do Pronatec
Detalhamento	Olá, não sei bem como funcionam as solicitações, mas gostaria de saber se possível solicitar dados do PRONATEC. Estou fazendo meu TCC e preciso saber o percentual de mulheres atendidas pelo PRONATEC a nível de Brasil, região norte e estado do Tocantins

Dados da Resposta

Data de Resposta	01/02/2019 17:48
Tipo de Resposta	Acesso Concedido
Classificação do Tipo de Resposta	Resposta solicitada inserida no e-SIC
Resposta	Prezada Senhora, Cumprimentando-a cordialmente e em atendimento à sua solicitação, encaminhamos relatório com a relação de mulheres atendidas pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) no Brasil, região Norte e no estado de Tocantins. Cumpra esclarecer que as informações foram extraídas do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (Sistec), ferramenta de registro, divulgação de dados e de validação de diplomas de cursos de nível médio da educação profissional e tecnológica. Atenciosamente, Diretoria de Articulação e Expansão de Educação Profissional e Tecnológica – DAE Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica Ministério da Educação
Responsável pela Resposta	Diretoria de Articulação e Expansão de Educação Profissional e Tecnológica – DAE
Destinatário do Recurso de Primeira Instância:	Secretário de Educação Profissional e Tecnológica
Prazo Limite para Recurso	13/02/2019

Classificação do Pedido

Categoria do Pedido	Educação
Subcategoria do Pedido	Educação profissional e tecnológica
Número de Perguntas	1

Histórico do Pedido

Data do evento	Descrição do evento	Responsável
05/01/2019 22:30	Pedido Registrado para para o Órgão MEC – Ministério da Educação	SOLICITANTE
28/01/2019 12:25	Pedido Prorrogado	MEC – Ministério da Educação
01/02/2019 17:48	Pedido Respondido	MEC – Ministério da Educação